

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**  
**CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL GENERAL**

Ano lectivo 2009/2010



**TII**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DA MARINHA PORTUGUESA / DO EXÉRCITO PORTUGUÊS / DA FORÇA AÉREA PORTUGUESA.**

**A IMPORTÂNCIA DO TRIÂNGULO PORTUGAL-PALOP-BRASIL COMO GARANTE DE SEGURANÇA DO ATLÂNTICO SUL.  
POSSIBILIDADES DE AFIRMAÇÃO DA CPLP NO DOMÍNIO DA DEFESA NO ATLÂNTICO SUL.**

**FRANCISCO JOAQUIM DA COSTA LOPES**

*Coronel de Cavalaria*



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**A IMPORTÂNCIA DO TRIÂNGULO  
PORTUGAL-PALOP-BRASIL  
COMO GARANTE DE SEGURANÇA DO ATLÂNTICO SUL.  
POSSIBILIDADES DE AFIRMAÇÃO DA CPLP  
NO DOMÍNIO DA DEFESA NO ATLÂNTICO SUL.**

**FRANCISCO JOAQUIM DA COSTA LOPES**

**Coronel de Cavalaria**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Lisboa, 2010



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**A IMPORTÂNCIA DO TRIÂNGULO  
PORTUGAL-PALOP-BRASIL  
COMO GARANTE DE SEGURANÇA DO ATLÂNTICO SUL.  
POSSIBILIDADES DE AFIRMAÇÃO DA CPLP  
NO DOMÍNIO DA DEFESA NO ATLÂNTICO SUL.**

**FRANCISCO JOAQUIM DA COSTA LOPES**

**Coronel de Cavalaria**

Trabalho de Investigação Individual do CPOG

Orientador: CMG RAPAÇ LÉRIAS

Lisboa, 2010



## **Agradecimentos**

Ao meu orientador, Capitão-de-Mar-e-Guerra, Rapaz Lérias, pelo seu apoio na definição do Plano de Trabalho e por todo acompanhamento ao longo da investigação.

Ao Professor Adriano Moreira e ao Dr. Saldanha Serra pelas entrevistas concedidas, que contribuíram para a delimitação da estrutura geral do trabalho.

Aos professores, conferencistas, membros dos painéis e auditores do CPOG cujas intervenções também ajudaram na consolidação conceptual.

A todos, bem-hajam.



## Índice

Resumo .....	vi
Abstract .....	vii
Palavras-chave .....	viii
Lista de Abreviaturas .....	ix
1. Introdução .....	1
2. Enquadramento da CPLP no âmbito da segurança e defesa no Atlântico Sul .....	5
a. Âmbito da noção de “segurança e defesa” .....	5
b. A circunstância geográfica .....	8
c. Perspectiva económica do Atlântico Sul: Interesses e objectivos da CPLP.....	9
d. Factores perturbadores da segurança e estabilidade no Atlântico Sul .....	10
e. Elementos de síntese.....	13
3. Interação geopolítica no triângulo “Portugal-PALOP-Brasil”.....	14
a. Espaços de inserção de Portugal .....	14
b. Espaços de inserção dos PALOP .....	17
c. Espaços de inserção do Brasil .....	19
d. Outros actores da cena internacional .....	22
e. Elementos de Síntese .....	26
4. A possível afirmação da CPLP no domínio da defesa no Atlântico Sul .....	27
a. A CPLP .....	27
b. Factores críticos de sucesso .....	32
c. Elementos de síntese .....	35
5. Portugal e a afirmação da CPLP no domínio da defesa no Atlântico Sul - Desafios e oportunidades .....	36
6. Conclusões .....	38
Bibliografia .....	41
Apêndices	
Apêndice I - Tabelas dos recursos enformadores do “poder” da CPLP .....	I-1
Apêndice II – Glossário de conceitos .....	II-1
Apêndice III – Diagrama de indução .....	III-1



## **Resumo**

O Atlântico Sul (AS) é um mar aberto com importantes recursos naturais e intensa actividade petrolífera *offshore*, onde emergem ameaças ligadas ao terrorismo, ao crime organizado e a tráficos diversos. A actual conjuntura internacional determina uma maior interdependência na segurança e defesa face aos elementos perturbadores da estabilidade no Atlântico. Os espaços Norte e Sul interagem e influenciam-se mutuamente numa lógica multidimensional em crescente desenvolvimento. Portugal, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e o Brasil poderão marcar uma posição estratégica conjunta ou alargada no domínio da cooperação económica e de segurança no AS, ampliando as possibilidades de afirmação da lusofonia no domínio da defesa nessa região.

A presente investigação aborda a questão de segurança e defesa cooperativa em estreita ligação ao desenvolvimento e aos direitos humanos no espaço regional do AS, tendo por referência a convergência de objectivos da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) e os potenciais factores geradores de conflituosidade, num quadro de interacção com os actores internacionais suscitados pelo triângulo “Portugal-PALOP-Brasil”, incluindo os espaços geopolíticos presentes em cada um dos seus vértices. Paralelamente, analisamos o potencial estratégico associável ao aprofundamento da cooperação político-económica particularmente entre o Brasil, Angola e Portugal. Procuramos conhecer os recursos estratégicos que enformam e condicionam a projecção do “poder lusófono”, cujo centro de gravidade localizamos próximo do vértice sul-americano. Na evolução da CPLP assinalamos o possível impacte dos factores críticos de sucesso da Língua, da Liderança, da Cooperação Técnico-Militar (CTM) e do Instrumento Militar.

Finalmente, identificamos oportunidades e desafios para Portugal e para as suas FFAA, concluindo que se Portugal, os PALOP e o Brasil concertarem uma estratégia comum para o AS, com um maior envolvimento do Brasil na liderança, e se em convergência com a CTM os Estados lusófonos incrementarem a cooperação económica em que todos beneficiem, com base no Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa para o desenvolvimento dos Centros de Excelência de Formação de Formadores e possível edificação da componente naval dos PALOP, bem como através da dinamização das actividades económicas do mar e possível extensão das plataformas continentais, então o poder funcional conferido pelo triângulo Portugal-PALOP-Brasil poderá contribuir para afirmar a CPLP no domínio da defesa no AS.



### **Abstract**

*The South Atlantic (SA) is an open sea with significant natural resources and intensive offshore oil activity, in which threats emerge related to terrorism, organized crime and trafficking. The current international situation requires a higher degree of security and defense to face the elements that disturb the stability in the Atlantic. The north and south areas interact and influence each other in a logical multidimensional and increasing development. Portugal, the African Portuguese-speaking Countries (PALOP) and Brazil could mark a strategic joint and broad-based economic and security cooperation in AS, increasing the intervention of lusofony in the domain of defense in this region.*

*This research addresses the issue of cooperative security and defense in close connection to development and human rights within the regional AS, with reference to the converging objectives of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP) and the likely factors of conflict among international actors and the countries of the triangle "Portugal-Brazil-PALOP", including the geopolitical spaces in which they are integrated. In parallel, we analyze the strategic potential linked to the deepening of political and economic cooperation, particularly between Brazil, Angola and Portugal. We seek the strategic resources that shape and constrain the projection of "lusofony power" whose center of gravity is located near the corner of South America. In the evolution of the CPLP we highlight the possible impact of critical success factors such as Language, Leadership, military-technical cooperation (MTC) and Military Power.*

*Finally, we identify opportunities and challenges for Portugal and its FFAA, and we conclude that if Portugal, PALOP and Brazil agree on a common strategy for the AS, with greater engagement of Brazil in the lead, and if, in convergence with the MTC, the Portuguese speaking states increase economic cooperation for the benefit of all, based on the the CPLP Protocol for Cooperation on Defense, namely developing Training Centers of Excellence and possibly building-up the naval component of PALOP, as well as boosting the economic activities of the sea and getting advantages of the extension of the continental shelves, then the functional power associated to the triangle-PALOP Portugal-Brazil could confirm CPLP as a relevant defense actor in AS.*



### **Palavras-chave**

- Atlântico Sul
- CPLP
- Defesa
- Geopolítica
- Lusofonia
- “Portugal-PALOP-Brasil”
- Segurança

### ***Key Word***

- *South Atlantic*
- *CPLP*
- *Defense*
- *Geopolitical*
- *Lusofony*
- *“Portugal-Brazil-PALOP”*
- *Security*



### **Lista de abreviaturas**

- ACP** - *African, Caribbean and Pacific Group of States*
- ALBA/TCP** - Aliança Bolivariana para os Povos das Américas/Tratado de Comércio dos Povos
- ALCA** - Área de Livre Comércio das Américas
- APS** - *Africa Partnership Station*
- APD** - Ajuda Pública ao Desenvolvimento
- AS** - Atlântico Sul
- ADM** - Armas de Destruição Massiva
- ASEAN** - Associação de Nações do Sudeste Asiático
- CAE** - Centro de Análise Estratégica
- CAN** - Comunidade Andina de Nações
- CEEAC** - Comunidade Económica dos Estados da África Central
- CEDEAO** - Comunidade Económica de Estados da África Ocidental
- CEDN** - Conceito Estratégico de Defesa Nacional
- CEWS** - *Continental Early Warning System*
- CIA** - *Central Intelligence Agency*
- CLPC** - Comissão de Limites da Plataforma Continental
- CNUDM** - Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
- COPAX** - Conselho de Paz e Segurança da África Central
- CPLP** - Comunidade de Países de Língua Portuguesa
- CPS** - Conselho de Paz e Segurança
- CTM** - Cooperação Técnico-Militar
- CV** - Cabo Verde
- DR** - Diário da República
- ECOWAS** - *Economic Community of West African States*
- EMEPC** - Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental
- ENSD** - Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento
- EUA** - Estados Unidos da América
- EUFOR** - *European Military Force*
- FFAA** - Forças Armadas
- G-B** - Guiné-Bissau
- H** - Hipótese
- IESM** - Instituto de Estudos Superiores Militares



**IBAS** - Índia /Brasil/África do Sul  
**MARAC** - Mecanismo de Alerta Rápido da África Central  
**MERCOSUL** - Mercado Comum do Sul  
**NATO** - *North Atlantic Treaty Organization*  
**NU** - Nações Unidas  
**OEA** - Organização de Estados Americanos  
**OI** - Organizações Internacionais  
**ONU** - Organização das Nações Unidas  
**OUA** - Organização da Unidade Africana  
**ORA** - Organizações Regionais Africanas  
**OSRA** - Organizações Sub-regionais Africanas  
**OSRSA** - Organização Sub-regional Sul-americana  
**OTAN** - Organização do Tratado do Atlântico Norte  
**PALOP** - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa  
**PAMPA** - Programa de Apoio às Missões de Paz em África  
**PCDD** - Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa da CPLP  
**PDVSA** - Petróleos de Venezuela  
**PIB** - Produto Interno Bruto  
**PMDB/RS** - Partido do Movimento Democrático Brasileiro/Rio Grande do Sul  
**PSDB/MG** - Partido da Social Democracia Brasileira/Minas Gerais  
**PSOL/PA** - Partido Socialismo e Liberdade/Pará  
**PT/SP** - Partido dos Trabalhadores/São Paulo  
**QC** - Questão Central  
**QD** - Questão Derivada  
**RAS** - República da África do Sul  
**RECAMP** - Reforço das Capacidades Africanas de Manutenção da Paz  
**ROV** - *Remote Operated Vehicule*  
**RSSD** - Reforma do Sector de Segurança e Defesa  
**RU** - Reino Unido  
**SADC** - *Southern African Development Community*  
**STP** - São Tomé e Príncipe  
**TIAR** - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca  
**UA** - União Africana  
**UE** - União Europeia



**UN** - *United Nations* (Nações Unidas)

**UNASUL** - União de Nações Sul-americanas

**USAFRICOM** - *United States Africa Command*

**ZEE** - Zona Económica Exclusiva

**ZOPACAS** - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul



“Não obstante as aceleradas mudanças da estrutura internacional, a história documenta que algumas variáveis duras resistem e se reforçam, e a maritimidade, em vez de enfraquecer, cresce como interesse comum da Humanidade, como elemento estruturante dos grandes espaços intermediários entre o Estado e a globalização, como trave-mestra da estabilidade mundial.”

ADRIANO MOREIRA

(in A Circunstância do Estado Exíguo)

## **1. Introdução**

Num quadro em que os interesses nacionais de cada Estado vão ditando as opções políticas, económicas ou de defesa, a abordagem de um tema relacionado com a segurança e defesa no Atlântico Sul (AS) implica fazer o correspondente enquadramento conceptual. Este passa necessariamente por uma breve referência à realidade geopolítica, com destaque para o espaço contíguo do Atlântico Norte<sup>1</sup>, cujo centro de gravidade estratégico poderá flectir em direcção ao Ártico. A actual conjuntura internacional reflecte o fim do sistema unipolar<sup>2</sup> e um quadro de incerteza e de turbulência na ordem mundial<sup>3</sup> que induz maior interdependência dos Estados. As partes Norte e Sul do Atlântico interagem e afectam-se mutuamente numa lógica estratégica de geometria variável e tendencialmente multidimensional. Surgem novos actores supra-estatais e criam-se “grandes espaços”<sup>4</sup> de cooperação e de integração, com quem e onde os Estados soberanos passaram a disputar uma parte dos seus interesses no âmbito das relações internacionais. A estabilidade no AS levanta novos desafios e um crescente envolvimento regional e internacional, em que se destaca a presença estratégica dos territórios continentais e arquipelágicos das soberanias lusófonas, cuja cooperação multidisciplinar poderá contribuir para a afirmação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no panorama internacional.

Na lógica da emergência de uma nova ordem mundial tendencialmente multipolar<sup>5</sup>, as organizações internacionais (OI) como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a União Europeia (UE) e outros grandes espaços de integração ou de cooperação multilateral tendem a implementar concepções ajustadas às novas realidades geopolíticas. Neste quadro, a CPLP poderá

---

<sup>1</sup> Expressão associada ao espaço tradicional de intervenção da OTAN.

<sup>2</sup> Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> Entendidos como sistemas homogêneos onde os processos políticos dos Estados, de segurança e defesa, económico, geográfico ou cultural interagem em função de interesses estratégicos afins. Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.

<sup>5</sup> Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.



protagonizar um duplo papel de relevo internacional e contribuir, com maior visibilidade, para a segurança<sup>6</sup> e paz mundiais, quer nos espaços regionais e sub-regionais em que se inserem os países que lhe dão corpo, quer como charneira entre os três continentes confinantes. Portugal, sendo membro das Nações Unidas (NU), da UE, da OTAN e da CPLP dispõe de um posicionamento privilegiado para desenvolver relações internacionais, num vasto espectro geopolítico, podendo gerar oportunidades político-económicas potenciadoras das suas competências.

A importância geoeconómica da bacia do AS conjugada com a forte presença lusófona nesta região estratégica justifica, por si só, a presente investigação.

As múltiplas facetas do tema leva-nos a delimitar a investigação ao período pós-formação da CPLP, incidindo sobre os principais espaços geopolíticos de interacção lusófona e considerar factores críticos de sucesso que podem contribuir para a sua afirmação.

Conceptualizamos a segurança e a defesa no espaço do AS em função da tipologia de ameaças e riscos e do enquadramento geográfico e económico da CPLP, relevando as interacções geopolíticas que podem determinar desafios e oportunidades para Portugal. Pretendemos ainda referenciar o papel dos principais actores internacionais com algum protagonismo na bacia do AS, procurando evidenciar a sua interacção com os países lusófonos do triângulo Portugal-Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)-Brasil. Por consequência, estabelecemos como objectivos centrais da investigação:

- Conceptualizar o enquadramento geopolítico do triângulo Portugal-PALOP-Brasil, identificando elementos relevantes de natureza estratégica, sem perder de vista as fronteiras de interesses, os objectivos e as ameaças subjacentes à afirmação regional da CPLP;
- Analisar as principais interacções presentes em cada um dos vértices do triângulo “Portugal-PALOP-Brasil” e a sua importância para a segurança no AS;
- Identificar os factores críticos de sucesso e avaliar as possibilidades de afirmação da CPLP no domínio da defesa no AS, procurando apontar desafios e oportunidades para Portugal.

---

<sup>6</sup> Conceito de segurança alargado em linha com a definição apresentada pelo antigo Secretário-Geral da ONU, *Kofi Annan*, no artigo “*In Larger Freedom*” descrevendo segurança como parte integrante de um triângulo conceptual composto por segurança, desenvolvimento e direitos humanos.



Uma vez concretizadas as linhas gerais dos conceitos de enquadramento geopolítico dos espaços em estudo na presente investigação, assumimos como propósito final dar um contributo académico para a percepção da possível afirmação da CPLP no domínio da segurança e defesa no espaço do AS. Mas, no sentido de clarificar conceptualmente as linhas gerais da investigação, assumimos a priori:

- Segurança, como sendo simultaneamente um estado e um processo. Um estado, de natureza psicológica e também objectiva que se traduz em confiança, em capacidade de afirmação, em garantia de protecção e que proporciona um sentimento de não ser interferido, de descanso e tranquilidade. Um processo, dinâmico, que culmina na criação das condições de realização do próprio estado de segurança e que compreende a análise de riscos, estabelecimento de normativos e criação de instrumentos para minimizar os possíveis efeitos dos riscos. (Bispo, 1999: 48).

- Defesa como o conjunto das acções orientadas para a aquisição e consolidação da segurança, implicando a existência de uma teoria de acção e de um aparelho com capacidade de materialização de acções específicas de várias naturezas. (Bispo, 1999: 48).

- O binómio de defesa e segurança “aponta para a necessidade da sua concretização envolver todas as áreas de aplicação do poder, em que o aparelho militar, deve ser o instrumento estratégico complementar de último recurso” (Ramalho, 1999: 142).

- No espaço do AS assumimos um conceito de segurança supra-estatal inspirado no espírito da Carta das NU e englobando o desenvolvimento e os Direitos Humanos em torno de dois vectores principais: um orientado para as pessoas - “Segurança humana”; e, outro para os riscos, ameaças e conflitos transnacionais, que privilegia a cooperação internacional - “Segurança cooperativa”.

Tendo por referência os objectivos estruturantes apresentados e para servir de fio condutor ao presente estudo, enunciámos como Questão Central (QC): **Tendo por referência o triângulo “Portugal-PALOP-Brasil”, como potenciar o papel da CPLP no domínio da defesa de modo a garantir a segurança no AS?**

Ora, procurando responder à QC formulámos as seguintes questões derivadas (QD):

QD1 – Qual o enquadramento conceptual de inserção da CPLP no âmbito da segurança e defesa no AS?

QD2 - Como interagem com a CPLP os grandes espaços de inserção de Portugal, dos PALOP e do Brasil?

QD3 – Como pode a CPLP afirmar o seu papel no domínio da defesa no AS?

QD4 - Que desafios e oportunidades para Portugal e para as suas Forças Armadas



(FFAA) pode representar a afirmação da CPLP no domínio da defesa no AS?

Da proposição do tema levantamos uma hipótese de resposta para cada uma das questões derivadas, as quais procuraremos validar ao longo da investigação:

*H1-A conjugação dos interesses e objectivos da CPLP no AS, com os factores potenciadores de conflituosidade naquela região, determina o âmbito da respectiva noção de segurança e defesa num espaço que admite delimitações geográficas diferenciadas, com elevado potencial económico e que é cruzado por importantes linhas de comunicação marítimas.*

*H2-Os espaços geopolíticos em que se inserem Portugal, os PALOP e o Brasil podem potenciar o poder funcional da CPLP no domínio da defesa no AS, mediante uma convergência de acção estratégica na identificação e aproveitamento de oportunidades passíveis de serem dinamizadas no seio das competências da Comunidade lusófona.*

*H3-O papel da língua nos fora mundiais, a liderança forte da CPLP protagonizada pelo Brasil, o aprofundamento da Cooperação Técnico-Militar (CTM) nos domínios das capacidades navais e aéreas, a adopção de uma doutrina e de um conceito estratégico militar comum, que permita viabilizar o correspondente instrumento militar, representam as bases estruturantes para a afirmação da CPLP no domínio da defesa no AS.*

*H4-A afirmação da CPLP no domínio da defesa no AS representa uma oportunidade para Portugal alargar a cooperação às indústrias de defesa na capacitação das Marinhas dos PALOP, apoiar a extensão das suas plataformas continentais e aprofundar a CTM na implementação de Centros de Excelência de Formação, certificados internacionalmente, na vertente das Operações de Paz e de Apoio à Paz, no AS.*

Para a construção do modelo de análise seguimos a metodologia científica recorrendo ao método dedutivo (QUIVY, 2008) em ordem à obtenção de respostas para as questões acima formuladas. Conduzimos esse exercício em torno de hipóteses, antecipando relações entre os factos e a sua explicação, ou seja, vamos construir proposições prováveis, hipotéticas e provisórias. Com esta metodologia, que combinará reduzidas fontes directas, procura-se limitar a subjectividade empregando três técnicas de investigação: a técnica documental ou pesquisa bibliográfica sobre áreas convergentes do tema, a pesquisa através da internet e entrevistas semi-estruturadas com o Professor Adriano Moreira e o Doutor Saldanha Serra.

Com base nas questões derivadas e respectivas hipóteses, procuramos validar estas últimas e, em função da conjugação das respostas às questões derivadas vamos responder à questão central.



O documento compreende cinco partes. Após a introdução, abordamos no segundo capítulo o âmbito da noção de segurança e defesa associado à realidade geopolítica do AS, tendo por referência as fronteiras de interesses e os objectivos da CPLP no quadro geoeconómico regional e face aos principais factores potenciadores de conflituosidade presentes nessa região estratégica.

No terceiro capítulo, contextualizamos o triângulo “Portugal-PALOP-Brasil” na perspectiva dos principais espaços geopolíticos presentes nos respectivos vértices e identificamos possíveis contributos para a valorização do papel da CPLP nas relações internacionais, particularmente no espaço da bacia do AS.

No quarto capítulo, analisamos as possibilidades de afirmação da CPLP no domínio da defesa no AS, identificamos os recursos que podem caracterizar o seu “poder” e os respectivos factores críticos de sucesso representados pelos elementos de acção estratégica da Língua, da Liderança, da CTM e do Instrumento militar.

No último capítulo, abordamos os desafios e oportunidades para Portugal e para as suas FFAA no contexto da presente problemática. Sublinhamos que uma melhor concertação estratégia lusófona nos diversos espaços geopolíticos, apoiada numa liderança forte e no incremento da cooperação CTM alargada às áreas económicas, poderá criar condições favoráveis para se afirmar a CPLP no domínio da defesa no AS.

## **2. Enquadramento da CPLP no âmbito da segurança e defesa no AS**

A abordagem da temática de segurança no AS, na perspectiva de análise da importância do triângulo formado por “Portugal – PALOP – Brasil” e do possível papel da CPLP no domínio da defesa naquele espaço, implica uma maior ponderação sobre os conceitos multidisciplinares de “segurança” e de “defesa”<sup>7</sup>.

### **a. Âmbito da noção de “segurança e defesa”**

A segurança é um objectivo e um processo teleológico da política a que corresponde um sentimento de garantia de protecção contra ameaças aos recursos considerados vitais para a integridade e estabilidade de um indivíduo, grupo, estado ou grupo de estados, sejam essas ameaças de natureza militar, política, económica, social ou cultural<sup>8</sup>. Em linha com o conceito de segurança apresentado pelo antigo Secretário-Geral

---

<sup>7</sup> Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.

<sup>8</sup> Noção sugerida pelo Vice-Almirante Leonel Cardoso e adoptada como definição oficial pelo Instituto da Defesa Nacional.



das NU<sup>9</sup>, *Kofi Annan*, a política nacional caracterizou o contexto de segurança do século XXI “por uma multiplicidade de ameaças e riscos não convencionais, simultaneamente transnacionais e subestatais, que constituem ameaças à segurança nacional e internacional” e, por um lado, considera a segurança humana a vertente que vai além dos Estados e se estende às pessoas com base nos princípios do Estado de Direito e da boa governação e do respeito pelos Direitos Humanos. Por outro, considera a segurança cooperativa uma forma avançada de defesa colectiva contra riscos, ameaças e conflitos transnacionais independentemente da latitude e longitude, cuja resposta assenta essencialmente em parcerias e na cooperação internacional. Este referencial de segurança visa assegurar “capacidade para garantir a segurança do Estado e dos cidadãos”, assim como “projectar segurança no plano externo e cooperar no quadro dos sistemas de alianças em favor da segurança internacional e da Paz” (GC, 2009;118). Em convergência, a Lei Orgânica n.º 1-B/2009, de 7 de Julho - Lei de Defesa Nacional - estabelece que “A defesa nacional assegura ainda o cumprimento dos compromissos internacionais do Estado no domínio militar, de acordo com o interesse nacional.” Ou seja, não obstante a crescente interpenetração das vertentes de segurança interna e externa dos Estados, a sua componente externa constitui um vector fundamental da defesa nacional.

No domínio das relações internacionais e da estratégia o conceito amplo de segurança poderá configurar três sistemas<sup>10</sup>: o governo mundial, o equilíbrio estratégico ou balança de poder e a segurança colectiva. O primeiro afigura-se meramente teórico, o segundo apoia-se na ideia de que a paz resultará de uma organização e distribuição do poder em que nenhum Estado poderá dominar os outros e o terceiro parece mais ajustado para referencial na actual conjuntura internacional. O modelo de segurança colectiva implica a cooperação avançada e empenhada dos membros numa organização supranacional a qual deverá definir um conceito estratégico comumente aceite, uma estrutura capaz de planear e dirigir operações militares e dispor de meios capazes de dissuadir, retaliar ou neutralizar as ameaças. Um modelo baseado no princípio de que uma agressão a qualquer Estado do sistema é considerada como um ataque a todos os outros,

---

<sup>9</sup> Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.

<sup>10</sup> Conceito apresentado pelo General Abel Cabral Couto, na intervenção proferida no âmbito do Colóquio “Prevenção de Conflitos e Cultura da Paz”, Instituto da Defesa Nacional, Lisboa, Julho 2000.



conforme adoptado no Tratado do Atlântico Norte<sup>11</sup> e no Tratado de Lisboa<sup>12</sup>, embora com particularidades e níveis de subsidiariedade diferenciados. Temos de ser realistas, mas como reflexão académica admitimos que a combinação de capacidades actuais e potenciais dos Estados lusófonos poderia determinar um possível modelo cooperativo para a afirmação da CPLP no domínio da defesa e segurança no AS.

Na actual conjuntura de segurança global importará considerar as advertências do Secretário-geral das NU quando lembrou à comunidade internacional que as “Nações Unidas existem para apoiar a manutenção da paz e da segurança e para assistir os governos e os povos na construção de um mundo em que todos estejam livres do medo e de necessidades.”<sup>13</sup>. Nesta linha, a “Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento” (ENSD)<sup>14</sup> estabelece nos objectivos e prioridades para a acção externa na área da segurança e defesa que “A participação nacional em operações de paz das Nações Unidas é uma acção central da política externa portuguesa que entende as Nações Unidas como a obrigatória sede de legitimação de todas estas operações”. Dispõe ainda que, o potencial de cooperação da CPLP, em especial na área da defesa e segurança, é muito significativo atendendo a que se trata do único fórum onde a segurança e o desenvolvimento globais e pluricontinentais podem ser abordados num quadro identitário próprio, envolvendo uma rede que, em termos de OI, integra a ONU, a UE, a OTAN, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL)<sup>15</sup>, a União Africana (UA)<sup>16</sup>, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)<sup>17</sup>, a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC)<sup>18</sup>, a *Southern Africa Development Community* (SADC)<sup>19</sup>, a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)<sup>20</sup>, entre outras. Considerando que no sistema internacional os processos de integração ou de cooperação representam os modelos de segurança que tendem a projectar menos problemas internos dos Estados para o exterior, colocamos a possível participação da CPLP na segurança e defesa no AS neste plano e no

---

<sup>11</sup> Artigo 5.º do Tratado de *Washington*, a carta fundadora da OTAN.

<sup>12</sup> N.º 7 do artigo 42.º do Tratado de Lisboa, assinado a 13 de Dezembro de 2007.

<sup>13</sup> Relatório de *Ban Ki-moon*, ao Conselho de Segurança das ONU, de 23 de Janeiro de 2008 – “Assegurar a paz e o desenvolvimento: o papel das Nações Unidas no apoio à reforma do sector da segurança”.

<sup>14</sup> Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2009, de 30/7/2009 (DR, 1.ª série - N.º 165 – 26/9/2009).

<sup>15</sup> Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.

<sup>16</sup> *Ibidem*.

<sup>17</sup> *Ibidem*.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> *Ibidem*.

<sup>20</sup> *Ibidem*.



quadro dos princípios da Carta das NU.

### **b. A circunstância geográfica**

O mar surge como elemento integrador do espaço geopolítico do AS que apresenta grande afinidade com o *Euromundo*<sup>21</sup> (MOREIRA, 2008:173). Uma circunstância que os Estados lusófonos quiseram vincar através do projecto “Mares da CPLP”<sup>22</sup>, prosseguindo uma visão integrada dos espaços oceânicos para se criarem mecanismos comuns de comunicação e de coordenação de acções, incluindo a concertação de posições nos *fora* internacionais (CPLP, 2010).

Ora, se por um lado a Geografia sustenta o estudo das relações internacionais e constitui uma geratriz do poder, com reconhecido valor de estabilidade face aos outros factores de poder (BONIFACE, 2008: 278), por outro, prefigura-se a crescente importância das redes nas relações sociais, acabando por afectar o valor material do território. Porém, as fronteiras, com interpretações diferentes, são o elemento chave da Geografia e da História e estão omnipresentes no contexto da segurança e defesa. Neste quadro, a delimitação do AS varia em função das concepções de análise e permite percepções diferenciadas. Mas, independentemente do ponto de vista, a presença lusófona naquele espaço constitui um importante marco geoestratégico com crescentes virtuosidades nos domínios da geoeconomia e da segurança regional.

Na concepção estritamente geográfica, os limites Norte, Sul, Leste e Oeste do AS são representados, respectivamente, pela linha do Equador, pela Antárctida, pelo meridiano do Cabo das Agulhas e pelo meridiano do Cabo *Horn*. Ponderando critérios geopolíticos, o seu limite Norte poderá deslocalizar-se e na perspectiva da OTAN passar a ser representado pelo Trópico de Câncer, ou como defendem alguns estratégias abranger um espaço intermédio que designam por Atlântico Médio<sup>23</sup> em que o limite Norte do AS passaria a ser uma linha que une Natal (Brasil) a *Freetown* (Serra Leoa), correspondendo à região conhecida por “gargalo” e englobando os territórios insulares das Caraíbas, as costas sul-americanas da Venezuela e do Norte do Brasil, a República de Cabo Verde (CV) e as costas africanas do Sul de Marrocos, Mauritânia, Gâmbia, Senegal, República da

---

<sup>21</sup> Sistema internacional com uma direcção plural, composta apenas por estados ocidentais e com nítida supremacia europeia. O Euromundo foi iniciado com a gesta das descobertas, consolidado no movimento de expansão colonial do século XIX e teve o seu epílogo no período pós II GGM até à década de 70.

<sup>22</sup> Projecto aprovado na XII Reunião do Conselho de Ministros da CPLP, em Novembro de 2007.

<sup>23</sup> Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.



Guiné e Guiné-Bissau (G-B) (FLAD, 2010).

Na perspectiva geográfica da navegação comercial, a região geoestratégica<sup>24</sup> do AS representa uma “zona de trânsito” internacional que comunica com as massas geladas polares e com os oceanos Pacífico e Índico, ligando as potências económicas emergentes da Ásia com os EUA e a Europa. Neste enquadramento geográfico destaca-se ainda a importância dos territórios insulares do arquipélago de CV, as ilhas brasileiras de Fernando de Noronha e de São Pedro e São Paulo, o arquipélago de São Tomé e Príncipe (STP), as ilhas britânicas de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha e Malvinas/*Falklands* e o arquipélago brasileiro de Trindade e Martim Vaz. Na zona de influência setentrional destacam-se também os arquipélagos portugueses dos Açores, da Madeira e as ilhas espanholas das Canárias.

### **c. Perspectiva económica do AS: Interesses e objectivos da CPLP**

Toda a bacia do AS encerra um elevado potencial económico. A vertente sul-americana constitui uma vasta região rica em recursos naturais, incluindo hidrocarbonetos, produtos agrícolas e dispõe ainda das maiores reservas estratégicas de água doce do Mundo, na Antárctida<sup>25</sup> e no aquífero transfronteiriço de Guarani<sup>26</sup> (AG, 2010). Por sua vez, a margem centro-africana compreende importantes reservas de hidrocarbonetos e outras riquezas minerais que despertam o interesse global. Na parte setentrional, a bacia do AS liga-se a duas regiões fortemente industrializadas e altamente desenvolvidas em termos técnico-científicos representadas pela Europa e pela América do Norte.

No actual contexto de economias baseadas na interdependência transnacional, o “peso geo económico”<sup>27</sup> do AS também beneficia do valor estratégico das linhas de comunicação marítimas que atravessam o seu espaço, bem como das plataformas logísticas sedeadas em ambas as costas. No AS convergem interesses em vários domínios do desenvolvimento e emergem dinâmicas económicas ligadas à obtenção de matérias-primas, designadamente hidrocarbonetos, às energias renováveis, às reservas estratégicas alimentares e às múltiplas potencialidades associadas à economia do mar, que se poderão conjugar com os objectivos da CPLP e potenciar a CTM, incluindo o domínio da extensão

---

<sup>24</sup> Ibidem.

<sup>25</sup> Constitui o maior reservatório de água doce da Terra.

<sup>26</sup> Maior aquífero subterrâneo de água doce do mundo, situado na região centro-leste da América do Sul.

<sup>27</sup> Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.



das plataformas continentais<sup>28</sup> e o conhecimento dos fundos marinhos sob a jurisdição dos PALOP e de outros países do AS. Como sabemos, Portugal já apresentou o seu projecto para a extensão da plataforma continental na Comissão de Limites da Plataforma Continental da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)<sup>29</sup>. Os respectivos trabalhos de investigação e pesquisa hidrográfica implicaram um esforço de investimento em equipamento<sup>30</sup> e em pessoal, gerando em contrapartida conhecimento técnico-científico, particularmente no âmbito da Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) que se poderia rentabilizar no espaço do AS. Também o “Alto Mar”<sup>31</sup>, que representa o grande corredor entre as zonas de direito exclusivo e é património da Humanidade, contém uma valiosa biodiversidade além de riquezas minerais no subsolo marinho como o manganês, ferro, níquel, cobre, cobalto, titânio e alumínio.

Portanto, no caminho da possível afirmação da CPLP no domínio da segurança e defesa no AS ressalta a importância da cooperação entre os países lusófonos num quadro alargado e economicamente vantajoso para todos, nas áreas dos hidrocarbonetos, pesca, recursos minerais, transporte marítimo, turismo, aquicultura, biotecnologia azul<sup>32</sup>, cultivo de espécimes agrícolas destinados à produção de biocombustíveis e extensão das plataformas continentais.

#### **d. Factores perturbadores da segurança e estabilidade no Atlântico Sul**

O fim da Guerra Fria trouxe alguma estabilização ao espaço do AS, mas nesta região geopolítica<sup>33</sup> continuam em aberto questões de soberania e disputas territoriais sobre algumas parcelas fronteiriças insulares e no próprio continente da Antárctida<sup>34</sup>. Uma possível caracterização da conflitualidade na bacia do AS pondera “três circunstâncias determinantes no relacionamento entre os diversos actores: a assimetria de poder que se verifica na região, a relação com os EUA e o fim da Guerra Fria que fez desaparecer um factor ideológico de cariz revolucionário” (RAMALHO, 1999:145).

A assimetria de poder está patente na natureza das ameaças e resulta das vincadas

---

<sup>28</sup> A zona do mar territorial sobre a qual o Estado pode exercer a sua soberania (BONIFACE, 2008:135).

<sup>29</sup> Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.

<sup>30</sup> Por exemplo o ROV- Luso (*Remote Operated Vehicule*), ou seja, o robô submarino Luso.

<sup>31</sup> Espaço marítimo fora das jurisdições nacionais e excluído de todo o poder de coacção dos Estados - o alto mar e a zona internacional dos fundos marinhos (BONIFACE, 2008:136).

<sup>32</sup> Tem como área de interesse a utilização técnica de processos e organismos da biologia marinha em benefício da saúde humana (AA, 2009).

<sup>33</sup> Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.

<sup>34</sup> *Ibidem*.



diferenças de poder político ou económico das múltiplas soberanias regionais. Na bacia do AS coexistem soberanias com reconhecido peso na comunidade internacional - Brasil, Argentina e RAS - outras com alguma influência regional pela sua economia, demografia ou extensão territorial - Chile, Colômbia, Venezuela, Angola, Namíbia, Nigéria, Mauritânia e Marrocos - e as demais com limitada expressão no Sistema Internacional<sup>35</sup>.

Por sua vez, o relacionamento do AS com os EUA, historicamente marcado pela hegemonia norte-americana, sofreu um impulso positivo durante a presidência de *Bill Clinton* (1993/2001) induzindo o aparecimento de movimentos de integração regional. Em 2003 foi celebrado o Acordo de Livre Comércio Norte Americano<sup>36</sup> e emergiu o quarto maior mercado mundial representado pelo MERCOSUL. Em África também se constituiu, em 1992, a OI sub-regional africana SADC, orientada para a cooperação económica, promoção do desenvolvimento industrial e segurança na região da África Austral. Avançaram, ainda, processos de democratização política, mas sem sucesso no combate ao dualismo social e à forte discrepância entre ricos e pobres, explicando a subsistência de factores ideológicos de cariz revolucionário e afloramentos de *indigenização* presentes na instabilidade em algumas partes do continente sul-americano.

Olhando para trás, se exceptuarmos a Guerra das Malvinas/*Falklands* e a presença ao largo de Angola de navios de guerra russos e cubanos, podemos concluir que a excentricidade geográfica do AS, perante os grandes conflitos mundiais, lhe tem conferido o estatuto de Oceano menos militarizado. Uma circunstância que ao nível de segurança regional se reflecte nas limitações das capacidades militares dos Estados ribeirinhos, com particular incidência negativa nas componentes aero-navais. Perante um défice desta natureza, alguns actores internacionais – grupos de ideologia extremista, organizações relacionadas com movimentos políticos não democráticos e outras estruturas criminosas - poderão encontrar condições favoráveis para lançar acções assimétricas e destabilizar os poderes legítimos originando crises, instabilidade regional ou sub-regional e sobressaltos na ordem do Direito Internacional. As possíveis ameaças são potenciadas pela crescente disputa na exploração dos recursos naturais e pela emergência de elementos transcontinentais de subversão e de criminalidade organizada, acções de pirataria, agressões ambientais e tráfico ilegal de seres humanos, armas e drogas.

---

<sup>35</sup> Ibidem.

<sup>36</sup> Países signatários: EUA, Canadá e México.



Portugal, já com nítidos traços de multiculturalidade, não está fora das rotas de trânsito dos fluxos migratórios ilegais oriundos da bacia do AS para o espaço *Schengen*<sup>37</sup>, tornando-se num actor preponderante no quadro da segurança inter-regional. Quanto aos tráficos, sobressaem os fluxos sul-americanos organizados em redes de tráfico de droga, de mulheres e também de espécies exóticas ameaçadas de extinção - aves, primatas e répteis - cuja gravidade originou a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção<sup>38</sup>. Por outro lado, o terrorismo que em outras latitudes ameaça transformar-se num fenómeno global, se exceptuarmos os afloramentos revolucionários sul-americanos<sup>39</sup>, constata-se que de uma maneira geral o espaço do AS tem sido poupado a este flagelo. A possível influência do radicalismo islâmico no seio das comunidades muçulmanas, conjugado com as fragilidades dos sistemas de segurança e as debilidades sociais na costa africana e em algumas regiões sul-americanas concedem terreno propício para o desenvolvimento de actividades criminais, incluindo o possível apoio logístico ao terrorismo internacional.

Sobre a proliferação de armas de destruição massiva (ADM), devemos encarar com cautela a capacidade industrial para desenvolvimento de armamento químico e biológico. Contudo, o espaço do AS não representa uma ameaça significativa em ADM, dado o fraco grau de desenvolvimento tecnológico regional, salvo a RAS, o Brasil e a Argentina, que no entanto são países empenhados no esforço global de contra-proliferação. Mas, deverá ser levado em conta a possível utilização da bacia do AS como zona de passagem<sup>40</sup> do tráfico de componentes e tecnologia passíveis de serem aplicados no desenvolvimento de ADM. Quanto à possível aquisição de armas nucleares são conhecidos alguns indícios<sup>41</sup> de ambição por parte da Nigéria e da Venezuela, ambos em rota de aproximação ao Irão e de quem poderão vir a receber tecnologia nuclear.

Outra condicionante da segurança regional são as rotas transoceânicas<sup>42</sup> que

---

<sup>37</sup> Convenção entre alguns países europeus que implementa uma política de livre circulação de pessoas.

<sup>38</sup> Acordo multilateral assinado em 3 de Março de 1973, actualmente com 175 países, com objectivo de regular o comércio internacional de espécies da fauna e flora selvagens.

<sup>39</sup> Por exemplo, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo.

<sup>40</sup> Com origem na Europa e EUA e destinado aos Estados problemáticos na Ásia.

<sup>41</sup> Em 2004, um comunicado do Ministério de Defesa da Nigéria informou que um general de mais alta patente do Paquistão propôs à Nigéria "fortalecer sua capacidade militar e obter poder nuclear"(UOL, 2001).

<sup>42</sup> A rota do extremo sul-americano – onde se localiza o estreito de Magalhães e o Cabo *Horn* com grande importância militar no caso de inviabilidade no Canal do Panamá. E a rota do Cabo da Boa Esperança – por



dobram os Cabos da Boa Esperança e *Horn*, com alguns pontos críticos na costa africana, susceptíveis às ameaças de pirataria, roubo armado e tráficos diversos que podem comprometer a segurança do transporte marítimo comercial. Embora prejudicadas pela abertura dos canais do Suez e do Panamá, estas rotas conservam importância estratégica na ligação intercontinental pelos super-petroleiros, porta-contentores e outros navios de grande tonelagem que não conseguem passar naqueles canais artificiais.

Assim, os riscos de conflitualidade no AS apontam para a necessidade de se revisitar a arquitectura de segurança regional e questionar o papel da CPLP, cuja relevância estratégica impõe uma maior acção substantiva na prevenção ou resolução de conflitos naquele espaço. Tal afigura-se viável num quadro de incremento e articulação da cooperação multilateral particularmente entre o Brasil, Angola e Portugal, envolvendo também os outros PALOP, para se dar mais visibilidade internacional aos projectos e acções no domínio da defesa e segurança regional. Este desiderato demanda igualmente a convergência estratégica num conceito de acção comum e um instrumento militar credível e harmonizado ao quadro das ameaças, quer no espaço continental quer no marítimo, particularmente orientado para a participação lusófona em operações de paz. Tanto mais que, o recurso à força armada será sempre excepcional e apenas legítimo como instrumento de contenção de agressões em condições extremas, recomendando preferivelmente a gestão de conflitos no limiar da violência (Bispo, 1999: 95).

#### **e. Elementos de síntese**

A bacia do AS, com uma forte presença lusófona, apresenta um incontestável valor económico que poderá suscitar o desenvolvimento de múltiplas ameaças e fragilidades no domínio da segurança regional. A CPLP poderá incrementar o seu actual papel na arquitectura regional de segurança mediante o reforço da componente naval dos PALOP. Esta vulnerabilidade poderá ser equacionada no quadro de convergência da CTM com as indústrias de defesa e potenciar outras áreas económicas com benefícios recíprocos, viabilizando um possível modelo lusófono de defesa cooperativa e humana no espaço do AS. Neste contexto, validamos a hipótese 1: *A conjugação dos interesses e objectivos da CPLP no AS, com os factores potenciadores de conflituosidade naquela região, determina o âmbito da respectiva noção de segurança e defesa num espaço que admite delimitações*

---

onde passa o petróleo destinado à China que é proveniente da Nigéria e de Angola, bem como parte significativa do proveniente do Médio Oriente destinado à Europa e aos EUA.



*geográficas diferenciadas, com elevado potencial económico e que é cruzado por importantes linhas de comunicação marítimas.*

### **3. Interação geopolítica no triângulo “Portugal-PALOP-Brasil”**

As OI materializam o paradigma dos “grandes espaços” concentradores de poder e advêm de convergências estratégicas dos Estados em torno de interesses comuns, incluindo o domínio da segurança cooperativa, com crescente envolvimento nas operações humanitárias e missões de apoio e imposição da paz. Cumprem algumas finalidades típicas dos Estados e a sua acção tem contribuído para a construção de uma certa ordem nas relações internacionais. A lógica da sua criação e funcionamento assenta na convergência de interesses políticos, económicos e culturais dos Estados, com vista à supressão de dificuldades estruturais ou conjunturais e à obtenção de sinergias nas áreas de cooperação ou de integração (PALMEIRA, 2006:42). Em suma, as OI configuram uma arrumação dos Estados no sistema internacional e representam uma resposta aos imperativos da crescente interdependência mundial.

Neste quadro, a ONU representa o espaço de integração global que vem assumindo um papel referencial de “elemento legitimador” numa lógica de ética universalista. Constitui-se no principal fórum de cooperação em matéria de direito e segurança internacionais para o desenvolvimento económico, progresso social, direitos humanos e realização da paz mundial. Porém, não obstante toda a sua utilidade em termos de segurança colectiva global, a ONU está marcada por uma vulnerabilidade genética e estrutural que na prática inviabiliza a possibilidade de serem aplicadas sanções contra qualquer uma das cinco nações com poder de veto no Conselho de Segurança (Nye Jr, 2002:203).

#### **a. Espaços de inserção de Portugal**

Os grandes espaços de afiliação portuguesa — ONU, OTAN, UE, CPLP — têm natureza e objectivos específicos, cuja harmonização implica o estabelecimento de prioridades, com base num conceito estratégico nacional, ou na sua falta, numa análise prospectiva e num planeamento estratégico apurado, coordenado e de contingência.

**Organização do Tratado do Atlântico Norte** - O “sistema de segurança e defesa de Portugal tem como eixo estruturante a Aliança Atlântica” (CEDN, 2003: 285). Nesta organização de defesa colectiva e de cooperação político-militar releva-se a importância



estratégica do posicionamento geográfico de Portugal como Estado europeu de fronteira e de articulação relativamente à bacia do AS. Após a queda do muro de Berlim, a OTAN iniciou um processo de reorientação estratégica<sup>43</sup> para o Centro e Leste europeu e para outros quadrantes geográficos - Austrália, Japão, Argentina e CV<sup>44</sup>. Uma evolução compaginável com a crescente importância estratégica do AS e particularmente de CV como possível plataforma de apoio às operações nesse espaço. Na verdade, o interesse da OTAN no Hemisfério Sul começou no *Darfur*<sup>45</sup> quando prestou apoio logístico à missão de paz da UA. Nesta convergência estratégica da OTAN para África, Portugal marcou presença através da sua participação na missão “Escudo Oceânico”<sup>46</sup>. Ora, num momento em que o mundo vive em interdependência global, o futuro da OTAN encontra-se numa encruzilhada evolutiva dependente do processo de revisão do seu Conceito Estratégico (NATO, 1999). Mas, a Aliança também está confrontada com as mudanças tecnológicas e o crescimento económico que acentuam os problemas ecológicos e colocam pressão sobre as origens dos recursos, como os oceanos, a atmosfera, a Antártida e a diversidade biológica, que têm sido tratados como património comum (Nye Jr.,2002: 269). Esta conjuntura releva a importância dos factores económicos incluindo a extracção de matérias-primas do mar, num quadro de ameaças com destaque para os riscos no transporte de mercadorias perigosas, tráficos diversos, emigração ilegal, pirataria e outros riscos que requerem o reforço da segurança no AS pela protecção das rotas de navegação e o controlo do mar. Um imperativo ao alcance da OTAN e que podia ser complementado pela operação das marinhas e guardas costeiras dos Estados lusófonos. A exequibilidade desta via dependerá da vontade da OTAN, mas também da conjuntura estratégica resultante das possíveis reacções dos países ribeirinhos do AS que, porventura, se afiguram assimétricas e denotando divergências. Assim, a evolução da interacção entre os grandes espaços geopolíticos e alguns nacionalismos regionais irá determinar em que medida a presença da OTAN, no vértice luso do triângulo “Portugal-PALOP-Brasil” poderá constituir um factor positivo para a segurança na bacia do AS.

---

<sup>43</sup> Este processo evolutivo formalizado na Cimeira da OTAN em Istambul e confirmado nas Cimeiras de Riga, em 2006 e de Estrasburgo/*Kiehl*, em 2009.

<sup>44</sup> Entre 23 e 28 de Junho de 2006, foi palco do Exercício Militar da OTAN “*Steadfast Jaguar*”.

<sup>45</sup> De Junho de 2005 a 31/12/2007 a OTAN apoiou em transporte aéreo a *African Union Mission in Sudan* e o treino do pessoal da UA (NATO, 2010a).

<sup>46</sup> Através da *Standing NATO Maritime Group 2*, com vista a combater acções de pirataria e assaltos armados nos mares do Corno de África.



**União Europeia** – Conforme vem lembrando o Professor Adriano Moreira, a UE enfrenta carência de matérias-primas, de energias renováveis, de mão-de-obra e de reserva estratégica alimentar. Tem adoptado uma política de alargamento sem projecto prévio de governabilidade e equaciona a sua defesa e segurança sem definir um conceito fundamentado de fronteiras amigas. Apesar da manifesta incapacidade da UE em mudar o curso das relações internacionais existem provas da sua ambição geopolítica, particularmente no domínio das missões de paz. Em 2003, participou simbolicamente com 400 militares na operação *Concórdia*, na Macedónia, consubstanciando a primeira implementação do acordo *Berlim Plus*<sup>47</sup>; mais tarde, no âmbito da ONU, implementou, já com 2.000 militares, a operação *Artemisa* na República Democrática do Congo (RDC) naquela que foi a sua primeira operação de gestão de crises completamente autónoma. Continuou nesta linha e projectou 3.500 militares da *European Military Force* (EUFOR)<sup>48</sup> no Chade e na República Centro Africana (RCA) e outros 7.000 na operação *Althea*, na Bósnia- Herzegovina. Paralelamente, com a crescente afirmação de uma posição no quadro da segurança e defesa mundial, a UE prossegue três objectivos principais: a prevenção dos conflitos através da combinação de meios civis e militares, a segurança nos países vizinhos (incluindo o Médio-Oriente, os Balcãs e o Cáucaso) e o fomento de um multilateralismo eficaz (MARTIN, 2009). Na cooperação internacional o Acordo de *Cotonou*<sup>49</sup> estruturou as relações Europa-África e definiu a estratégia de cooperação europeia com os países de África, Caribe e Pacífico (ACP). Firmou os princípios fundamentais de cooperação, comércio e diálogo político, exigindo aos países ACP o respeito pelos direitos humanos e pela democracia, boa governação e combate à proliferação de armas de destruição massiva. Não obstante as linhas orientadoras preconizadas no Acordo, a UE tem prosseguido com uma política de ajustamentos dos programas face às especificidades de cada um dos países destinatários, sem uma estratégia integrada para os grandes espaços do AS. Desenvolveu parcerias com alguns dos países<sup>50</sup> dessa região e tem procurado privilegiar relações de cooperação institucionalizada ao nível das organizações regionais. Nesse sentido a UE

---

<sup>47</sup> Acordo de cooperação de segurança UE-OTAN (NATO, 2003).

<sup>48</sup> *African Union Mission in Sudan* - Força de protecção dos refugiados sudaneses de *Darfur* e dos deslocados chadianos e centro-africanos.No âmbito da Resolução 1778 do Conselho de Segurança da ONU.

<sup>49</sup> Acordo comercial entre a UE e os países ACP. Assinado em *Cotonou*, Benim, a 23/6/2000. Regulamenta a relação ACP-UE pelo menos até 2020.

<sup>50</sup> Referenciados: o Brasil, CV e a RAS.



reconhece o papel da UA como parceiro no domínio da preservação da paz e segurança africana e procura orientar as políticas pelo conceito de *African ownership*<sup>51</sup>.

No quadro da prossecução de segurança global, onde provavelmente se combinarão o realismo, representado pela força dos Estados e a interdependência complexa, representada por actores não-estatais e instrumentos económicos, a UE prefigura-se como um actor incharacterístico. A sua política externa comum tem sido fortemente condicionada pelos interesses divergentes dos Estados-membros muitas vezes inconciliáveis. Porém, a UE representa o principal espaço económico a nível mundial e o Tratado de Lisboa reforçou a sua ambição ao nível da política de segurança e defesa, pelo que a sua presença no vértice português reforça a importância do triângulo Portugal-PALOP-Brasil como garante de segurança no AS, levando em conta a concorrência dos interesses estratégicos da *Commonwealth*, da *Francofonia* e da *Hispanofonia*.

#### **b. Espaços de inserção dos PALOP**

No âmbito deste estudo as organizações regionais africanas (ORA) mais representativas no espaço do AS são a UA, a SADC, a CEDEO e a CEEAC. Prosseguem objectivos multifacetados, com ênfase na integração económica, mas apresentam debilidades estruturais fruto de hegemonias sub-regionais ou da participação de alguns países em múltiplos espaços de cooperação ou integração regional, conduzindo a resultados tendencialmente irrelevantes. A cooperação regional africana na vertente de segurança apresenta um desenvolvimento lento e uma forte predominância continental com acentuado défice da componente naval.

**União Africana** - Todos os PALOP estão integrados nesta OI, no seio da qual a criação do Conselho de Paz e Segurança<sup>52</sup> (CPS) representou um impulso positivo para a implementação da arquitectura de segurança africana. Com efeito, o CPS, onde nenhum dos 15 membros possui direito de veto, constitui o principal elemento diferenciador da anterior Organização da Unidade Africana (OUA) que era um espaço de retórica relativamente débil para tratar assuntos de soberania e a prevenção de conflitos. Também obteve impacto positivo a implementação do mecanismo de alerta e prevenção precoce de conflitos “*Continental Early Warning System*” (CEWS) que está ligado em rede às

---

<sup>51</sup> A liderança para a concretização dos programas de cooperação responsabiliza os países destinatários.

<sup>52</sup> O CPS foi criado em 2004 como legítimo decisor da UA na área de segurança. Integra 15 Estados-membros, sem direito a veto, com 5 eleitos por um período de três anos e os restantes dez por dois anos.



organizações sub-regionais africanas (OSRA), as quais dispõem de unidades e órgãos no terreno capazes de acompanhar as situações de tensão pré-conflitual. Acresce que o CPS integra o Comité dos Chefes de Estado-Maior da Força Africana Permanente - “*African Standby Force*”- congregando cinco brigadas a levantar pelas OSRA. Apesar desta arquitectura de segurança regional apresentar um nítido défice da componente naval, as OSRA, fruto do conhecimento e compreensão das raízes dos conflitos, constituem-se como actores privilegiados na prevenção e resolução de conflitos (AU, 2010a). Mas o processo de mudança tem sido lento e a UA vem revelando debilidade orçamental e discordâncias internas. A sua actuação no *Darfur* foi objecto de críticas e não conseguiu apaziguar a violência por falta de meios e de vontade política, pese embora as importantes perdas sofridas. Na Somália apenas conseguiu destacar 1.500 dos 8.000 militares previstos, que continuaram acantonados nas bases. Tampouco, no plano político, a UA adquiriu peso suficiente na gestão das crises emergentes, conforme se infere das palavras do antigo presidente do Mali, *Alpha Konaré*<sup>53</sup> ao referir a sua impressão de que a Organização voltava a apostar numa certa tradição de discrição e conformismo e por uma postura menos crítica com os poderes estabelecidos (MARTIN, 2009).

Num contexto em que a soberania dos Estados se confronta com questões étnicas e culturais que não reconhecem fronteiras territoriais, as OSRA parecem configurar o modelo mais adequado para se implementar a segurança e o desenvolvimento em África, assegurando a ligação entre as OI e os Estados cooperantes no âmbito dos programas de RSSD. Por sua vez, os quadros de acção estratégica destes programas configuram oportunidades privilegiadas de cooperação bilateral e multilateral com os PALOP nos domínios da elaboração de estratégias de segurança dos Estados, levantamento das necessidades de defesa e estrutura de forças, bem como para a elaboração de doutrina.

**SADC** – Esta é a OSRA que apresenta maior consistência estrutural e actualmente engloba 14 Estados-membros, incluindo Angola e Moçambique. Promoveu a criação da “*SADC Standby Force Brigade*” em prol da segurança regional e no quadro do Protocolo Constitutivo do CPS. Em termos gerais a actividade da SADC tem por referência três documentos-chave: o “*Regional Indicative Strategic Development Plan*” que traça as linhas políticas e estratégicas para os programas da SADC, incluindo objectivos,

---

<sup>53</sup> Por ocasião da sua substituição pelo gabonês *Jean Ping*, em pleno Conselho de Paz e Segurança da UA.



actividades e prioridades de longo prazo; o “*Strategic Indicative Plan for the Organ*” que levanta as principais vulnerabilidades nas áreas de segurança e defesa e estabelece algumas medidas correctivas; e o “*Principles and Guidelines Governing Democratic Elections*”, orientado para o desenvolvimento das instituições e práticas democráticas e incentivo da observância dos direitos humanos universais.

**CEEAC** - Esta OSRA foi criada em 1983 em resultado da convergência estratégica dos membros da “*Union Douanière et Économique de l’Afrique Centrale*” e dos membros da “*Communauté Économique des Pays des Grands Lacs*” e engloba 11 países, incluindo Angola e STP. No âmbito da segurança e em coerência com a arquitectura de defesa desenhada pela UA, estabeleceu o “Protocolo de Ligação Parlamentar da África Central” que constitui o referencial dos estatutos do “Conselho de Paz e Segurança da África Central” (COPAX), através do qual se comprometeu a garantir a paz e segurança no respectivo espaço regional. Para esse efeito criou uma “Comissão de Defesa e Segurança” e o “Mecanismo de Alerta Rápido da África Central” (MARAC) cuja missão consiste em garantir o acompanhamento e prevenção de conflitos sub-regionais. No quadro do Protocolo Constitutivo do CPS, o instrumento operacional é constituído por uma força de escalão brigada - “Força Multinacional para a África Central”.

**CEDEAO** - Esta OSRA foi criada em 1975, com a finalidade de construir um espaço de paz e sem fronteiras com vista ao desenvolvimento duradouro à luz de boas práticas de governação e perspectivando uma integração no mercado mundial, agrupando actualmente quinze Estados-membros do espaço africano Ocidental, incluindo CV e a G-B. A vertente da segurança e de gestão de conflitos nesta sub-região africana apresenta-se desenvolvida no programa “*ECOWAS Standby Force Project*” que configura o seu mecanismo de inserção na arquitectura de paz e segurança da UA.

### **c. Espaços de inserção do Brasil**

Reconhecidamente o Brasil constitui-se como principal pólo de poder na região geoestratégica do AS. Tem uma indiscutível influência regional no desenvolvimento das principais políticas de acção em diversos domínios como constataremos seguidamente, comprovando quão decisivo é o seu protagonismo para o sucesso dos grandes espaços geopolíticos de desenvolvimento e segurança regional. Esta condição estratégica regional do Brasil é incontornável quando se equaciona a liderança da CPLP no espaço do AS.



**Zona de Paz e Cooperação do AS (ZOPACAS)**<sup>54</sup> - Consistiu num Acordo da iniciativa política do Brasil com algumas nuances circunstanciais sobre a sua possível finalidade. Associa Estados sul-americanos e da costa ocidental africana, incluindo todos os países lusófonos do AS. Para o Brasil o ZOPACAS constituiu um elemento catalisador da sua influência estratégica na bacia do AS, particularmente no domínio da cooperação de segurança. Porém, o Acordo foi desde logo questionado pelos EUA, que estiveram contra a sua aprovação na Assembleia das NU alegando constituir uma iniciativa com contornos pacifistas. A sua implementação esbarrou nas limitações estruturais do Brasil e dos demais países ribeirinhos relativamente à capacidade de projecção do poder naval, pelo que o ZOPACAS, que alguns chegaram a considerar como embrião da “OTAN do Sul”, se transformou num instrumento essencialmente político-diplomático.

**MERCOSUL** - Esta organização sub-regional sul-americana (OSRSA) fundou-se em razões de natureza aduaneira. O processo de integração económica teve origem em 1990 numa iniciativa conjunta do Brasil e da Argentina, que ficou conhecida pela “Acta de Buenos Aires”. A sua dinâmica regional atraiu a rápida adesão do Paraguai e do Uruguai determinando a criação do MERCOSUL em 26 de Março de 1991 através do “Tratado de Assunção”. Em 2006, a Venezuela também iniciou o seu processo de adesão que ainda está dependente da aprovação pelos congressos nacionais, sendo conhecidas algumas opiniões desfavoráveis<sup>55</sup>. O espaço do MERCOSUL constitui uma importante área económica mundial e representou uma alternativa à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)<sup>56</sup>, com vista a contrariar a forte hegemonia norte-americana na região sul-americana.

**União de Nações Sul-Americanas (UNASUL)**<sup>57</sup> - Esta OSRSA tem denotado uma tendência federadora dos vários espaços sub-regionais sul-americanos nos domínios do livre comércio e da segurança e defesa. Consiste num projecto que segue uma linha de evolução similar à UE e tem por objectivo a integração das áreas económicas, políticas, sociais e de segurança regional, prosseguindo um desenvolvimento mais equitativo e harmonioso na América do Sul. Actualmente agrega os países do MERCOSUL, da

---

<sup>54</sup> Ver Apêndice II - Glossário de Conceitos.

<sup>55</sup> Em 3/7/07, o senador Eduardo Azeredo (PSDB/MG), vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional disse à BBC/Brasil “Eu diria que o clima não é favorável à aprovação da entrada da Venezuela. Se fosse discutido hoje, certamente não passaria”. (FOL, 2010).

<sup>56</sup> Ver Apêndice II - Glossário de Conceitos.

<sup>57</sup> Ibidem.



Comunidade Andina de Nações (CAN) e ainda o Chile, a Guiana e o Suriname. A vertente de segurança e defesa da UNASUL resultou de uma iniciativa do Brasil apresentada em 16 de Dezembro de 2008 na Cimeira da Baía que conduziu à aprovação do Conselho de Defesa Sul-americano. Este organismo foi institucionalizado através da Declaração de Santiago do Chile<sup>58</sup> e a sua estrutura compreende vários órgãos, incluindo o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa que está sediado em Buenos Aires. Trata-se de um fórum de diálogo dos ministros da defesa que ambiciona tornar-se um espaço de interacção regional no domínio da defesa e segurança para partilhar experiências, promover acções de cooperação e desenvolver iniciativas e actividades conjuntas. Os seus resultados mais visíveis estão patentes nas missões de paz conjuntas no Haiti.

**Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)** <sup>59</sup> - Este acordo internacional, também conhecido por Tratado do Rio, foi criado no Rio de Janeiro em 2 de Setembro de 1947 e entrou em vigor em 3 de Dezembro de 1948. Foi inspirado na doutrina *Monroe*<sup>60</sup> e adoptou o princípio de que um ataque contra um dos membros da Organização dos Estados Americanos<sup>61</sup> era considerado como um ataque contra todos. O Tratado foi invocado em diferentes circunstâncias sem produzir resultados positivos aparentes, incluindo pelos EUA durante a crise dos mísseis de Cuba. Mais tarde, em 1982, durante a crise da Guerra das Malvinas/*Falklands*, também a Argentina apelou à solidariedade regional, mas os EUA assumiram uma posição pró-inglesa. Tal tornou o TIAR num acordo “moribundo”. Por consequência, quando ocorreram os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001 e os EUA reevocaram o Tratado apelando à cooperação regional contra a "Guerra ao Terror", mas os países latino-americanos não reagiram. Em Setembro de 2002 o descrédito do TIAR culminou com o México a denunciar formalmente o Tratado alegando o exemplo das Malvinas.

**Aliança Bolivariana para os Povos das Américas - Tratado de Comércio dos Povos (ALBA/TCP)** <sup>62</sup> – Esta OSRSA marcou uma clara hostilidade política perante os

---

<sup>58</sup> Em 10 de Março de 2009.

<sup>59</sup> Ver Apêndice II - Glossário de Conceitos.

<sup>60</sup> Ibidem.

<sup>61</sup> Organização internacional criada em 1948, com sede em Washington (EUA), cujos membros são as 35 nações independentes do continente americano.

<sup>62</sup> Integra a República Bolivariana de Venezuela, a República de Cuba, a República de Bolívia, a República de Nicarágua e a *Mancomunidad* de Dominica, a República de Honduras, a República de Equador, São Vicente e as Granadinas e a Antigua e Barbuda (ALBA-TCP, 2009).



EUA e os aliados norte-americanos na região, particularmente a Colômbia. Apresentou-se na cena internacional também como uma alternativa à ALCA e manifestou o propósito de desenvolver um movimento de integração regional sul-americana e do Caribe num referencial ideológico que combina o ideal revolucionário pró-*Simón Bolívar* com elementos de reivindicação histórica dos direitos da população indígena. Denota algumas ambiguidades sobre o nível de ambição política, mas expressa a defesa de doutrinas antiliberais e a cooperação económico-social (ALBA-TCP, 2009). Nesse sentido, durante uma cimeira realizada na Bolívia, em *Cochabamba*, os países-membros decidiram afirmar uma posição conjunta no domínio da economia regional e anunciaram a criação de uma moeda comum que designaram por *Sucre*<sup>63</sup> (TELESUR, 2009). Contudo, foi a criação do “Conselho Estratégico de Defesa” que causou maior alarme regional. Esta iniciativa assinalou o objectivo de harmonizar<sup>64</sup> estratégias militares na região, incluindo a realização de treinos e exercícios entre as forças militares dos países signatários. No domínio das relações internacionais tem sido notória a aproximação estratégica da ALBA-TCP à esfera da influência da Rússia<sup>65</sup> e ao Irão.

#### **d. Outros actores da cena internacional.**

No contexto da segurança no espaço do AS convergem interesses e interacções geopolíticas de múltiplos actores da cena mundial, incluindo os EUA, China, Reino Unido (RU), França, Espanha, Argentina e RAS.

**EUA** – Muitos analistas internacionais consideram os EUA como a única superpotência detentora de recursos adequados em todas as dimensões do poder. Se admitirmos a evolução para um sistema mundial multipolar, parece ainda distante a situação em que o poder militar deixe de ser basicamente unipolar, uma vez que os EUA detêm armas nucleares intercontinentais e FFAA com capacidade para se posicionarem em volta do globo (Nye Jr., 2002: 275). Nas relações internacionais os EUA têm prosseguido uma política contra o terrorismo e têm procurado defender o acesso concorrencial aos principais espaços com recursos energéticos. Ora, em 2008, a bacia sul-atlântica representou cerca de 30% do total das suas importações de petróleo<sup>66</sup> (BP, 2010). Esta circunstância teve reflexos na política norte-americana para o espaço do AS e por

---

<sup>63</sup> Em homenagem ao herói da independência latino-americana António José Sucre.

<sup>64</sup> A decisão foi tomada na sequência da acção militar de destituição do presidente Zelaya nas Honduras.

<sup>65</sup> A Venezuela tem vindo a adquirir armamento à Rússia para as suas FFAA (BOL, 2009).

<sup>66</sup> Inclui a região ocidental de África (10% das importações) e a América do Sul (20% das importações).



consequência surgiram iniciativas destinadas a África como o programa *Millennium Challenge Account*<sup>67</sup>, (MCA, 2010) de que CV foi o primeiro país destinatário em reconhecimento da boa governação. No mesmo sentido, foi criado o *United States Africa Command* (USAFRICOM), cujo Quartel-General se admitia posicionar na região africana, mas que, perante condicionalismos estratégicos, acabou por se localizar em Estugarda. Paralelamente, os EUA deram a conhecer a sua decisão de reactivar a Quarta Esquadra Naval para operar no AS, originando algum descontentamento regional e veemente condenação por senadores brasileiros<sup>68</sup> que classificaram a decisão de agressão à soberania dos países da América do Sul e uma provocação militar (SF, 2008). Igualmente a instalação de bases norte-americanas na Colômbia se tem revelado problemática na região. Assim, a interacção da conjuntura política regional do AS revela sinais desfavoráveis à hegemonia norte-americana, surgindo sinais de ressentimentos contra a “asfixia estratégica” dos EUA por parte de alguns Estados africanos e sul-americanos.

**China** - Em 2008, o produto interno bruto (PIB) chinês apresentou uma taxa de crescimento real de 11,4 % (CIA, 2010). Este desempenho económico contou com o contributo do espaço geoeconómico do AS particularmente com hidrocarbonetos, minérios e recursos alimentares. Com efeito, os interesses chineses estão associados aos principais países produtores de petróleo da região, destacando-se múltiplas parcerias entre a empresa estatal venezuelana PDVSA e a chinesa *China National Petroleum Corporation*; a brasileira PETROBRAS e a chinesa *China Petroleum & Chemical Corporation*; e com outras empresas argentinas, nigerianas, angolanas, da Guiné Equatorial, do Gabão e da República do Congo. No mesmo ano, o espaço da bacia do AS representou 30% do total das importações de petróleo<sup>69</sup> da China (BP, 2010). Ora, num quadro de constrangimento de capitais a China é actualmente o principal investidor estrangeiro no espaço do AS, concedendo linhas de crédito bonificadas aos Estados cooperantes em contrapartida de *commodities* e de recursos energéticos. Este modelo de cooperação pragmática apresenta resultados visíveis no alargamento da sua influência no espaço do AS, incluindo no Brasil. A base do sucesso consiste na desvalorização dos princípios da boa governação e dos direitos humanos privilegiando-se uma reciprocidade de benefícios tipo “win-win” e a não

---

<sup>67</sup> Inclui projectos agrícolas, de infra-estruturas, do sector privado e da gestão ambiental e social.

<sup>68</sup> Senadores: José Nery-(PSOL/PA, Aloísio Mercadante-PT/SP, Pedro Simon-PMDB/RS (SF, 2008).

<sup>69</sup> Inclui a região ocidental de África (20% das importações) e a América do Sul (10% das importações).



ingerência nos assuntos internos dos Estados. Desta forma, alguns observadores já identificam no AS a emergência de um neo-colonialismo chinês<sup>70</sup> e por consequência, no quadro securitário será admissível que a longo prazo a China possa impor na região uma presença naval consentânea com o ritmo de alargamento dos seus interesses.

**Reino Unido** - Não obstante o impulso descolonizador que ocorreu na bacia do AS, o RU continua a manter soberania sobre as ilhas de Ascensão, Tristão da Cunha, *Gough*, Malvinas/*Falkland*, Geórgia do Sul e *Sandwich* do Sul e reclama uma parte territorial na Antártida. Na influência estratégica e distribuição do poder regional, a *Commonwealth*<sup>71</sup> representa a “cabeça-de-praia” do RU no espaço do AS, particularmente através da RAS, Namíbia, Camarões, Gabão, Nigéria, Serra Leoa e Gana. Por outro lado, no tabuleiro geoeconómico regional o RU foi lesto a colocar na CLPC as propostas para a extensão das plataformas continentais de algumas ilhas<sup>72</sup> localizadas na vertente sul-americana. Esta iniciativa ocorreu no contexto das descobertas de petróleo na camada pré-sal brasileira e não passou despercebida à comunidade sul-americana, particularmente à Argentina. Durante a cimeira do Grupo do Rio<sup>73</sup>, em *Cancun*, a presidente Cristina *Kirchner* acusou o RU de violar a lei internacional ao permitir a prospecção de petróleo no território disputado entre os dois países (*EURONEWS*, 2010). Por consequência, o espaço do AS evidencia uma conjuntura geopolítica tendencialmente pouco favorável à cooperação com o RU.

**França** – Tem exercido uma forte influência em África através dos países membros da OI da *Francofonia*<sup>74</sup>, particularmente na CEDEAO e tem protagonizado um papel proeminente no quadro das operações africanas assumidas pela UE. Tutelou unilateralmente as operações militares na Costa do Marfim e mostrou iniciativa e proactividade na RDC e no Chade, que depois a UE acomodou no âmbito da sua Política Europeia de Segurança e Defesa. Numa região fortemente deficitária em poder naval, merece destaque a sua base naval permanente em *Port-Gentil*, no Sul do Gabão. Também obteve grande visibilidade internacional com o projecto “Reforço das Capacidades Africanas de Manutenção da Paz” – (RECAMP)<sup>75</sup>, cuja responsabilidade entretanto passou

---

<sup>70</sup> Em Angola os chineses são a comunidade de imigrantes mais numerosa.

<sup>71</sup> Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.

<sup>72</sup> Projectos relativos às Ilhas Falkland/Malvinas, Geórgia do Sul e *Sandwich* do Sul.

<sup>73</sup> Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.

<sup>74</sup> *Ibidem*.

<sup>75</sup> Iniciativa francesa tomada em 1999 para reforçar as capacidades africanas de prevenção e gestão de conflitos.



para a UE. No continente sul-americano tem feito uma aproximação estratégica ao Brasil no domínio da cooperação militar e do reequipamento das FFAA brasileiras (SF, 2008a).

Desta forma, a França apesar da sua política de intervenção em relação aos povos e territórios onde foi responsável pela colonização, tem conseguido alguma liberdade de acção e consolidado uma crescente influência estratégica no espaço do AS.

**Espanha** - Tem evidenciado forte interesse na América Central e do Sul, traduzido pelo investimento concretizado naquele espaço geoeconómico, que em 2008 superou 10.061 milhões de euros, com destaque para o México, Argentina, Brasil e Venezuela. No mesmo período o investimento espanhol em África foi cerca de 778 milhões de euros (GOVESP, 2010). Acresce que os fluxos migratórios da América Latina, África e em menor número da Ásia já representam 14,1 % da população espanhola (NU, 2009) configurando um dilema entre a necessidade de mão-de-obra e os imperativos de segurança. A sua gestão tem vindo a ocupar um lugar central na agenda de cooperação espanhola com os países da bacia do AS. Por outro lado, os desígnios da história determinaram a convergência ibérica em grandes espaços geopolíticos e relativamente à lusofonia ouvimos Celestino ARENAL<sup>76</sup> a lançar o desafio a Portugal para uma possível aproximação institucional da CPLP ao espaço ibero-americano.

**Argentina** – É a geografia, como factor mais estável gerador de poder e com maior expressão na costa marítima estendida ao longo de 4.989 quilómetros, que confere importância estratégica a este país no AS. A guerra das Malvinas/*Falkland* abalou o poder militar argentino sobrevivendo a inviabilidade de qualquer tipo de cooperação no domínio da segurança e defesa no AS<sup>77</sup> que envolva a participação inglesa (CIBAM, 2009). Entretanto, a Argentina continua a representar o principal contrapeso regional à hegemonia brasileira, assumindo um papel relevante no equilíbrio geopolítico na América do Sul.

**RAS** - É a principal potência regional da África Austral, lidera a *Commonwealth* nessa região e exerce forte influência na SADC. No espectro geopolítico do AS integra o grupo dos países com importância estratégica regional sustentada no seu potencial militar, no posicionamento e dimensão geográfica, na demografia e também no grau de

---

<sup>76</sup> Especialista espanhol em assuntos ibero-americanos. Na Conferência “Portugal e a Comunidade Ibero-Americana de Nações” realizada na Universidade Autónoma de Lisboa, em 14 de Outubro de 2009, apresentou o tema: *Do projecto à institucionalização da Comunidade Ibero-americana de Nações*.

<sup>77</sup> Na XIX Cimeira Ibero-americana, em 2009, no Estoril, a presidente da Argentina, Cristina Fernández, protestou pela inclusão das ilhas Malvinas, no Tratado de Lisboa, como território associado da UE.



desenvolvimento económico e tecnológico. No quadro das relações internacionais Sul-Sul também se destaca como membro do fórum de diálogo Índia/Brasil/RAS (IBAS)<sup>78</sup>.

#### **e. Elementos de síntese**

O AS constitui uma região geopolítica onde o Brasil se assume como pólo destacado de poder, com indiscutível influência regional e com condições para o desenvolvimento de políticas de acção nos diversos domínios, com implicações decisivas no desenvolvimento e na segurança (Ramalho, 1999: 137). Os espaços geopolíticos em que estão inseridos os países da CPLP abrangem áreas de cooperação e actividades susceptíveis de serem aproveitadas na afirmação lusófona no sistema internacional.

Olhando a importância do triângulo Portugal-PALOP-Brasil para a segurança no AS, relevamos no vértice europeu a preponderância de um poder funcional e a ligação às OI com maior preponderância mundial; no africano um forte potencial económico, mas com condicionalismos na projecção de poder naval; e no sul-americano também elevado potencial económico e com o único pólo de poder lusófono de nível mundial.

Quanto à interacção geopolítica do AS com os EUA e a China ressaltam abordagens diferenciadas de interesses estratégicos no domínio da geoeconomia, predominando a influência chinesa suportada numa fórmula aparentemente bem sucedida da reciprocidade de benefícios do tipo “win-win”.

A situação de segurança no AS reflecte os problemas e dificuldades de afirmação da UA e das OSRA, bem como a evolução lenta dos processos de cooperação e de integração regional sul-americanos, particularmente em torno do Brasil e da Venezuela.

De uma maneira geral, no que se refere à cooperação no domínio da segurança e defesa no AS, os alinhamentos geopolíticos regionais não indiciam sinais favoráveis às opções estratégicas dos EUA e do próprio RU, mas em contraponto os espaços geopolíticos de matriz latina parecem encontrar terreno favorável.

Pelo exposto, validamos a hipótese 2 - *“Os espaços geopolíticos em que se inserem Portugal, os PALOP e o Brasil podem potenciar o poder funcional da CPLP no domínio da defesa no AS, mediante uma convergência de acção estratégica na identificação e aproveitamento de oportunidades passíveis de serem dinamizadas no seio das competências da Comunidade lusófona.”*

---

<sup>78</sup> Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.



#### **4. A possível afirmação da CPLP no domínio da defesa no Atlântico Sul**

##### **a. A CPLP**

A ponderação da “afirmação” da CPLP no domínio da defesa no AS impõe uma reflexão sobre o “respectivo poder” contextualizado no cenário internacional, onde são dominantes as relações de forças entre os Estados. O poder constitui o elemento central nas relações internacionais e “ é a capacidade de atingirmos os nossos objectivos ou fins”, podendo incluir o controlo de actores da cena internacional através da posse de determinados recursos como: “população, território, dimensão económica, recursos naturais, forças militares e estabilidade política” (Nye Jr, 2002:70, 71). A crescente interdependência dos Estados, bem evidente no domínio económico, tornou mais difícil a um país impor a sua vontade aos outros, determinando a evolução do poder para uma matriz de correlação de processos em que já não é suficiente uma conjugação dos verbos afirmar ou conquistar, mas também implica negociar, convencer e controlar. Os factores do poder variam conforme os autores, mas aos critérios materiais importa juntar uma perspectiva subjectiva, traduzida na vontade dos Estados utilizarem os recursos na cena internacional, o que confere ao poder uma noção sempre relativa. Sendo difícil caracterizar a capacidade da CPLP para se afirmar no domínio da defesa no AS, podemos indicar alguns dos seus elementos relativos aos recursos de população, território, recursos naturais, dimensão económica, forças militares e estabilidade política, porquanto nos permitem fazer com que o poder lusófono se afigure mais concreto.

A CPLP corresponde a cerca de 3,64% da população mundial, com uma baixa densidade populacional (23,09 habitantes/km<sup>2</sup>)<sup>79</sup> e apresenta indicadores de saúde e de crescimento populacional superiores à média mundial. Só o Brasil representa cerca de 80% do seu potencial humano, que globalmente representa um espaço de imigração. Geograficamente os territórios lusófonos apresentam um forte recorte marítimo orientado para o oceano Atlântico ao longo de uma extensa linha de costa (15.584 km) e com uma vasta ZEE (7.611.831 km<sup>2</sup>).<sup>80</sup>

A dimensão económica da CPLP reflecte uma fraca interacção comercial entre os seus países membros. O Brasil e Moçambique não apresentam sequer relações comerciais

---

<sup>79</sup> Ver Apêndice I - Tabelas dos recursos enformadores do “poder” da CPLP (Tabela 1 – Elementos demográficos da CPLP).

<sup>80</sup> Ver Apêndice I - Tabelas dos recursos enformadores do “poder” da CPLP (Tabela 2 – Elementos de território da CPLP).



significativas com nenhum dos outros países lusófonos. Por consequência, os actuais fluxos económicos não estimulam o desenvolvimento da possível afirmação da CPLP no domínio da defesa e segurança.<sup>81</sup> Relativamente aos recursos naturais destaca-se um forte potencial no domínio dos hidrocarbonetos, dos recursos do mar, da água e dos recursos alimentares<sup>82</sup>, principalmente através do Brasil e de Angola.

Quanto às forças militares, a CPLP apresenta um potencial humano militar harmonizável com a sua população, mas com limitações quantitativas e qualitativas nas componentes naval e aérea. Uma situação particularmente sensível no pilar africano e que afecta negativamente o exercício das soberanias nos respectivos espaços marítimos.<sup>83</sup> Esta debilidade estrutural ainda não mereceu atenção das iniciativas da UE para o reforço das capacidades africanas na prevenção, gestão e resolução de conflitos<sup>84</sup>, podendo constituir uma oportunidade para se estender a CTM a outros domínios, incluindo às indústrias nacionais de defesa e determinar um maior protagonismo da Marinha portuguesa. Também o acompanhamento do programa norte-americano “*Africa Partnership Station*” (APS)<sup>85</sup> poderá servir para alavancar a cooperação lusófona no domínio das componentes navais dos PALOP e constituir um factor de diferenciação positiva no contexto africano.

Quanto à estabilidade política, que representa uma condição indispensável para o desenvolvimento social, podemos analisar os indicadores de boa governação - “*Worldwide Governance Indicators*” - difundidos pelo *World Bank Institute*, que reflectem a forma como os governos são escolhidos e substituídos, o tipo de cultura de responsabilização política, a liberdade de expressão, o nível de segurança interna, a corrupção e o grau de implementação do Estado de direito. Nestas áreas, em 2008 a CPLP apresentava uma imagem de governação pouco favorável, apenas Portugal e CV obtiveram notações positivas em todos os indicadores, tendo os outros países lusófonos merecido notações

---

<sup>81</sup> Ver Apêndice I - Tabelas dos recursos enformadores do “poder” da CPLP (Tabela 3 – Elementos de economia da CPLP).

<sup>82</sup> Ver Apêndice I - Tabelas dos recursos enformadores do “poder” da CPLP (Tabela 4 – Recursos naturais na CPLP).

<sup>83</sup> Ver Apêndice I - Tabelas dos recursos enformadores do “poder” da CPLP (Tabela 5 – Indicadores de potencial militar da CPLP).

<sup>84</sup> Constitui um domínio no qual Portugal se tem empenhado, que assumiu relevância acrescida na sequência das disposições sobre paz e segurança da Estratégia Conjunta UE-África aprovada durante a última Presidência Portuguesa da UE.

<sup>85</sup> Constitui uma iniciativa liderada pelo “*U.S. Naval Forces Europe*” visando a construção ou o reforço de parcerias marítimas a nível global. Abrange várias actividades de cooperação, para desenvolver a segurança marítima na região da África Ocidental e no Golfo da Guiné, incluindo formação.



negativas em vários indicadores, particularmente no “Estado de Direito”<sup>86</sup>. Assim, a governação no espaço da CPLP ainda não consegue satisfazer os seus próprios referenciais estatutários do primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social.

No quadro internacional, também carece de melhor atenção a consolidação do estatuto de observador da CPLP na ONU<sup>87</sup>. Depois há que considerar a “vontade” política dos Estados como factor determinante para a afirmação da CPLP no AS. O Presidente da República português apontou o caminho da conjugação de esforços lusófonos para tornar o português numa língua oficial da ONU, apoiar-se o Brasil como potência mundial e estimular-se a participação da CPLP em operações de paz «porque será mais fácil impor o português quando esta comunidade for vista como uma comunidade política e cultural” (TSF, 2008). Mas, em que medida cada um dos países lusófonos poderá contribuir nesse esforço de projecção internacional da CPLP?

**Portugal** – Apesar de não ter definido um conceito estratégico nacional, tem utilizado as suas FFAA em proveito da comunidade internacional. Dispõe do “poder funcional” conferido pelo “posicionamento do chamado triângulo estratégico (território europeu mais arquipélagos), importante para a defesa ocidental com expressão na OTAN e para a reavaliação depois da Guerra Fria.” (Moreira, 2008: 253). Por sua vez, o CEDN releva a vertente euro-atlântica integrando “O Atlântico Sul em especial e o relacionamento com o Brasil” e “A África lusófona e Timor Leste”, no espaço estratégico de interesse nacional conjuntural (CEDN, 2003:284). Ora, a múltipla presença portuguesa em OI de nível mundial e regional favorece a possível mediação alargada dos interesses da CPLP, mas exige planeamento estratégico de contingência, método e recursos adequados.

**Angola** – Começa a afirmar-se no seio da CEEAC e da SADC, que apesar de corresponderem a zonas de instabilidade crónica, poderão contribuir para afirmar os interesses da CPLP. Angola poderá assumir um posicionamento estratégico simétrico ao do Brasil, com quem constitui o principal eixo de poder económico lusófono. Actualmente, atrai empresas e fluxos migratórios portugueses qualificados e capazes de contribuir para o

---

<sup>86</sup> Ver Apêndice I - Tabelas dos recursos enformadores do “poder” da CPLP (Tabela 6 – Indicadores de boa governação em 2008).

<sup>87</sup> Resolução L.14, adoptada no Plenário da 59ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, em 21 de Outubro de 2004, relativa à Cooperação entre as Nações Unidas e a CPLP; a Resolução vai sendo “renovada”, bianualmente, nas Sessões da Assembleia Geral das Nações Unidas (a última é de Novembro de 2008).



seu desenvolvimento. Porém, a temática de segurança e defesa angolana no espaço do AS levanta a questão da debilidade da sua componente naval. Esta situação representa a principal oportunidade de cooperação económica e militar, porquanto Angola dispõe de recursos de poder que a tornam imprescindível para a possível afirmação da CPLP no domínio da segurança e defesa no espaço do AS.

**Cabo Verde** - A sua localização na encruzilhada de rotas do Atlântico favorece um papel estratégico como pólo logístico avançado dos três continentes confinantes. Em contraponto no seu espaço também se cruzam múltiplas rotas internacionais de tráficos ilícitos ligados ao crime organizado e ao terrorismo. É considerado um Estado africano exemplar e foi seleccionado pelos EUA para implementar o seu programa *Millennium Challenge Account*<sup>88</sup> e para uma parceria com o USAFRICOM nas áreas da formação e legislação da Guarda Costeira. Por outro lado, CV está integrado no espaço francófono da CEDEAO, numa região com elevado risco para a afirmação da língua portuguesa.

Relativamente à Europa, a sua posição geográfica favorece a lógica geoestratégica dos arquipélagos dos Açores, da Madeira e das Canárias (a chamada Macaronésia) e o estreitamento de relações com a UE. Poder-se-á admitir possível a sua inclusão num eventual alargamento, que vindo a ser “muito direccionado para leste na lógica da guerra fria, não implica nem justifica esquecer o Atlântico, ou ignorar que não apenas os arquipélagos portugueses e espanhóis, mas também CV, são expressões de uma projecção do seu património cultural, da sua responsabilidade, do seu interesse.” (Moreira, 2009: 136). De facto, a localização de CV na intercepção de três continentes e na zona transição Norte-Sul do Atlântico, confere-lhe poder funcional, quer no quadro das opções estratégicas da OTAN, quer da UE, com quem já coopera no domínio do controlo do narcotráfico oriundo da América Central e no controlo da imigração ilegal<sup>89</sup>.

**Guiné-Bissau** – Tem reduzida importância estratégica no AS e está integrado na CEDEAO, onde a Nigéria tem monopolizado as estratégias e actividades sub-regionais. A G-B vem reflectindo problemas de estabilidade política típicos dos Estados falhados ou sujeitos à influência dos tráficos de diversa natureza. Como mais uma vez demonstrou recentemente, em Abril de 2010, constitui um dos Estados mais perturbadores da

---

<sup>88</sup> Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.

<sup>89</sup> Agência europeia FRONTEX que a partir de Outubro de 2005 passou a gerir a cooperação operacional nas fronteiras externas dos Estados-membros.



segurança regional africana, pela debilidade das suas estruturas governativas e dificuldades de implementação de soluções duradouras para o funcionamento do Estado. Apesar de beneficiar de programas de RSS/G-B<sup>90</sup>, a instabilidade e as frequentes crises político-militares têm retirado credibilidade ao seu sistema político e às suas FFAA.

**São Tomé e Príncipe** - A importância estratégica de STP no espaço do AS deriva principalmente do seu anunciado potencial em recursos energéticos. Este PALOP está integrado na CEEAC e apresenta uma estrutura de governação frágil, mas possivelmente por razões que se ligam ao acesso a recursos energéticos ali existentes foi um dos países citado como possível opção para sediar o USAFRICOM. A sua relativa importância estratégica no domínio da segurança e defesa no AS é prejudicada por não dispor de portos de águas profundas e por estar situado relativamente próximo do continente africano.

**Brasil** – Constitui a potência dominante no espaço da CPLP e do AS. A pujança económica sustenta o seu poder nacional e dá sentido à sua afirmação como potência de primeira linha mundial. Assume particular importância estratégica a região da “Amazónia Azul”, com duas áreas marítimas: a faixa que vai de Santos a Vitória e a área em torno da foz do rio Amazonas. As directrizes da Estratégia Nacional de Defesa brasileira traçam uma dinâmica de integração no MERCOSUL e na UNASUL considerados como espaços geradores de confiança e de oportunidades de cooperação regional no domínio da defesa e do desenvolvimento industrial. A nível mundial, o Brasil tem vindo a consolidar a sua participação no G20<sup>91</sup> e no fórum de diálogo IBAS vem concertando estratégias comuns de cooperação Sul-Sul. No espaço dos PALOP tem reforçado a cooperação bilateral especialmente com Angola. Nesta dinâmica, está em curso a modernização das FFAA brasileiras, incluindo o plano da Marinha brasileira prevê o levantamento de uma força naval credível, incluindo a vertente submarina de propulsão nuclear<sup>92</sup>.

**Moçambique** - A sua localização na costa oriental africana confere-lhe pouca relevância estratégica no quadro da segurança e defesa no AS. Porém, poderá assumir um papel de ligação da CPLP aos espaços de integração da SADC e da *Commonwealth*.

**Timor-Leste** - Embora geograficamente afastado do AS, a sua aproximação à ASEAN, em conjunto com Macau, podem conferir profundidade estratégica à CPLP.

---

<sup>90</sup> Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.

<sup>91</sup> Grupo das 20 maiores economias desenvolvidas e emergentes do mundo.

<sup>92</sup> Fonte: “Estratégia Nacional de Defesa” - EM Interministerial nº 00437/md/sae-pr Brasília, 17 de Dezembro de 2008 Ministro de Estado da Defesa, NELSON JOBIM.



## **b. Factores críticos de sucesso**

A vertente de defesa na cooperação lusófona ainda é relativamente recente. Foi introduzida nos Estatutos da CPLP pelo Conselho de Ministros reunido em STP, na revisão aprovada em Agosto de 2001. Em Maio do ano seguinte, em Lisboa, os ministros da defesa aprovaram o estatuto do Centro de Análise Estratégica (CAE)<sup>93</sup> para assuntos de defesa da CPLP. Foi igualmente lançado um programa integrado de intercâmbio no domínio da formação militar para uniformizar procedimentos doutrinários e a interoperabilidade das FFAA dos países lusófonos, culminando com a realização anual de exercícios militares.

No sentido de se criar uma maior dinâmica na CPLP foram sendo criados alguns órgãos de cooperação no domínio da defesa de que se salienta o CAE para os Assuntos da Defesa da CPLP. Este órgão iria desenvolver uma acção em termos de pesquisa, estudo e difusão de conhecimentos no domínio da estratégia, concorrentes para os objectivos lusófonos e para a concretização de um pensamento estratégico comum. Embora se lhe reconheça elevado potencial no quadro de acção da cooperação lusófona, infelizmente, ainda não foi possível conhecer contributos relevantes para a afirmação da CPLP no domínio da segurança e defesa. Presentemente, a rapidíssima evolução da realidade geopolítica actual<sup>94</sup> torna evidente a viabilidade da cooperação multilateral e implica a capacidade de se produzir conhecimento no domínio da estratégia para orientar as acções de cooperação na CPLP.

Ora, os valores que nortearam a criação da CPLP estão assumidos pelos Estados e por uma boa parte da sociedade civil, mas os factores marcantes para a possível afirmação da CPLP no domínio da defesa no AS dependem da vontade dos Estados, da capacidade de reunir recursos para gerar e projectar poder e da definição de um conceito estratégico comum. As naturais hesitações nestes processos poderão ser ultrapassadas mediante a dinamização da cooperação bilateral e multilateral em todos os domínios construtivos de benefícios mútuos. Nesse sentido destacamos o possível papel de alguns factores críticos de sucesso da CPLP representados pela Língua, liderança, CTM e pelo instrumento militar.

**A Língua** - É o principal factor de aproximação e de diferenciação da CPLP e um elemento estruturante dos Estados lusófonos. A soberania da Língua Portuguesa constitui

---

<sup>93</sup> Sedeado em Moçambique, tem como missões o estudo e a divulgação de informações no domínio da estratégia militar a todos os países da CPLP.

<sup>94</sup> Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.



uma responsabilidade partilhada pelos Estados lusófonos e a sua promoção e difusão é um dos três objectivos gerais estabelecidos nos Estatutos da CPLP. Actualmente, o português é língua oficial no MERCOSUL, UNASUL, UA, SADC e na Organização dos Estados Americanos (OEA), constituindo uma componente do património imaterial da lusofonia<sup>95</sup>. Ocupa o sexto lugar mundial com 240 milhões de falantes, dos quais 204 milhões na bacia do AS. Uma circunstância que favorece a sua possível introdução como “língua de documentação” das NU, através da publicação sistemática em português de documentos da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança, e por meio da criação de um corpo de tradutores especializados no âmbito do Secretariado das NU, cujo funcionamento seria financiado por contribuições dos Estados Membros da CPLP<sup>96</sup>. No desenvolvimento de relações transoceânicas e nas interacções em rede perde sentido a reivindicação de soberania da Língua, que vai livre por aí fora, transportando valores culturais de toda a lusofonia, como instrumento de convergência, diálogo e acção, agregando vontades e interesses políticos, económicos, científicos e culturais. As principais ameaças à língua portuguesa provêm da elevada percentagem de população dos países lusófonos que não a compreende ou apenas rudimentarmente, a par dos obstáculos ao seu ensino colocados pelas línguas concorrentes, a começar pela tendência hegemónica global do inglês, do castelhano nas Américas e do francês em África. A defesa deste objectivo central da CPLP implica a dinamização do Instituto Internacional da Língua Portuguesa e a concretização das linhas de acção preconizadas no “Plano de Acção de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projecção da Língua Portuguesa”<sup>97</sup>, designadamente o desenvolvimento das estratégias da sua implantação nas OI, da sua promoção e difusão institucional, do desenvolvimento do Acordo Ortográfico, da sua difusão pública, da sua valorização junto das diásporas e da maior participação da sociedade civil. O Conselho de Ministros da CPLP<sup>98</sup> reafirmou a assunção de políticas partilhadas para a projecção da Língua Portuguesa como língua global e acolheu a proposta de Portugal para se organizar em 2012 uma II Conferência Internacional sobre a Língua Portuguesa no Sistema Mundial.

**A liderança** - O processo de decisão na CPLP assenta no paradigma do consenso e

---

<sup>95</sup> Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.

<sup>96</sup> VI Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CPLP – Brasília, 31 de Março de 2010 – Plano de Acção.

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> Ibidem.



no princípio da igualdade dos Estados, sem imposição de hierarquias, embora tenham de se reconhecer ímpetos diferenciados em função do tipo de lideranças. Numa notável harmonia histórica conseguida após um prolongado conflito armado em África, parece emergir a necessidade de uma liderança forte e empenhada em contraponto a uma retórica estéril. No actual quadro estratégico da CPLP constatamos múltiplas dependências geopolíticas dos países lusófonos. Esta múltipla dependência e a dispersão geográfica constituem desafios para uma visão integrada de liderança. Actualmente, Portugal e o Brasil representam opções diferenciadas para uma liderança impulsionadora da CPLP. Por um lado, Portugal, com um poder funcional, desprovido de qualquer vocação imperialista e membro da UE e da OTAN poderá afirmar uma liderança geograficamente deslocalizada do centro de gravidade da CPLP no AS. Por outro o Brasil, numa trajectória ascendente no âmbito da economia mundial, atrai naturalmente o pólo do poder lusófono e poderá desenvolver uma liderança da CPLP no contexto do seu centro de gravidade geográfico e geoconómico. Por conseguinte, a possível afirmação da CPLP no domínio da defesa no AS não poderá dispensar uma acção estratégica permanente, determinada por uma liderança em torno de um pólo forte de poder regional que se presente estar ao alcance do Brasil, não obstante o caminho a percorrer no domínio dos indicadores de boa governação.

A **CTM** – Portugal, tem anualmente em média cerca de 100 militares na CTM e estas actividades assentam nos princípios e objectivos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD)<sup>99</sup>. A CTM está institucionalizada ao nível da CPLP e seu desenvolvimento apresenta melhores resultados a nível bilateral. A nível multilateral, destaca-se o Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA)<sup>100</sup> que tem por objectivo aproveitar a experiência nacional pela participação na UE e na OTAN e a longa relação bilateral com os parceiros da CTM. Este Programa apresenta quatro linhas de acção: capacitação institucional no âmbito da segurança e defesa; formação de militares dos PALOP; cooperação com as ORA e OSRA; e mobilização africana para as políticas e estratégias da UE e OTAN. Por outro lado, a realização de exercícios conjuntos e combinados (tipo FELINO) permitem o desenvolvimento de doutrina e procedimentos operacionais adequados ao possível emprego de uma força lusófona de manutenção de paz.

---

<sup>99</sup> Portugal concentra geograficamente a sua APD nos países de expressão lusófona, sobretudo nos cinco PALOP, todos situados na África sub-sahariana e em Timor-Leste. O espaço do AS absorveu 67% do total da APD bilateral em 2008 - África- 66 % e 1 % América – (IPAD, 2010).

<sup>100</sup> Programa divulgado no dia 3 de Abril de 2006 pelos Ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros.



Constatamos que até agora, no plano militar e no âmbito da cooperação estruturada entre a UE e a UA ainda não se desenvolveu o apoio à componente naval. A conjugação deste facto com o “Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa” (PCDD/CPLP)<sup>101</sup> configura uma potencial oportunidade de cooperação multilateral que podia contribuir para afirmação da CPLP no domínio da segurança e defesa no AS.

**O instrumento militar** - O potencial estratégico da CPLP entendido como a decisão sobre a doutrina e atitude estratégicas a adoptar pelo conjunto dos Estados-Membros “depende dos meios que, em todos os sectores, materializam as suas possibilidades.” (COUTO, 1988: 241). Ora, perante as capacidades<sup>102</sup> militares lusófonas, podemos intuir que o factor estratégico militar, de ordem estrutural, apresenta vulnerabilidades particularmente sensíveis nos domínios da componente naval, da mobilidade estratégica e da sustentabilidade logística. A afirmação de poder pela CPLP no AS implica capacidade de realização das missões típicas do poder naval dos Estados, que na conjuntura actual apenas estarão ao alcance do Brasil e de Portugal. Admitindo que o aprontamento dos meios para se garantir a defesa militar e o apoio à política externa representa um desafio de difícil concretização, impõe-se que os países lusófonos comecem por garantir as missões de segurança e autoridade nas respectivas ZEE, assim como para o desenvolvimento económico, científico e cultural. Uma circunstância propícia para se visitar a cooperação lusófona perspectivando-se oportunidades para as indústrias de defesa e de construção naval, já que, conforme aponta o professor Adriano Moreira, a persistência de debilidades estruturantes geradoras do vazio no sistema internacional conduzirá, inevitavelmente, à situação de Estados exíguos, com risco das soberanias.

### **c. Elementos de síntese**

A presença da CPLP na região do AS poderá concretizar-se progressivamente, através da dinamização da cooperação económica, naval e securitária aproveitando as capacidades e potencialidades de todos os países lusófonos. Enquanto a língua portuguesa aproxima e diferencia a comunidade lusófona no espaço geopolítico do AS, o possível sucesso da CPLP implica a afirmação de uma liderança forte em torno de um pólo de poder regional e de um maior empenho de todos os Estados-membros. Afigura-se necessário ultrapassar alguma retórica e com pragmatismo desenvolver mecanismos de cooperação

---

<sup>101</sup> Ver Apêndice II - Glossário de conceitos.

<sup>102</sup> Ibidem.



multifacetada para se conseguirem os recursos determinantes de poder na CPLP.

Validamos assim a hipótese 3 – “*O papel da língua nos fora mundiais, a liderança forte da CPLP protagonizada pelo Brasil, o aprofundamento da CTM nos domínios das capacidades navais e aéreas, a adopção de uma doutrina e de um conceito estratégico militar comum, que permita viabilizar o correspondente instrumento militar, representam as bases estruturantes para a afirmação da CPLP no domínio da defesa no AS.*”

## **5. Portugal e a afirmação da CPLP no domínio da defesa no Atlântico Sul - Desafios e oportunidades**

Face à evolução da conjuntura internacional, a interacção entre a UE, a UA, o MERCOSUL e outras organizações regionais e sub-regionais sul-americanas e africanas representam oportunidades para Portugal mediar o desenvolvimento de relações de cooperação internacional e prosseguir os objectivos nacionais permanentes. Citando o Professor Adriano Moreira, uma reconhecida autoridade no domínio da Ciência Política e das Relações Internacionais, considerou as FFAA “um dos instrumentos mais felizes da cooperação portuguesa com as antigas colónias”.

Ora, os PALOP, enquanto Estados independentes e com uma dimensão marítima assinalável, estiveram quase exclusivamente orientados para a componente terrestre, dando pouca relevância à componente aero-naval das suas FFAA, com prejuízo para o exercício da soberania e autoridade no mar. Para se alterar este paradigma e se viabilizar a cooperação lusófona na vertente de segurança e defesa no AS torna-se necessário sensibilizar os PALOP para a importância e significado das águas sob a sua responsabilidade e propor-se o desenvolvimento de um esforço na edificação das respectivas capacidades do poder naval e aéreo. Paralelamente, os novos desafios da economia do mar e a preservação ambiental determinam a necessidade de trabalhos técnico-científicos conducentes à prospecção dos fundos marinhos e para a extensão das plataformas continentais, induzindo novas oportunidades nos domínios da cooperação naval, técnica e científica.

Neste quadro, Portugal poderá desempenhar um papel mais pró-activo junto dos PALOP para se criarem condições que propiciem o apoio da indústria nacional na edificação das componentes navais das suas FFAA, bem como disponibilizar a EMEPC para apoiar os PALOP e outros países no AS nos processos de extensão das plataformas continentais. Aliás, também é neste sentido que aponta o artigo 4º do PCDD/CPLP, estabelecendo “A procura de sinergias para o reforço e fiscalização das águas territoriais e da zona económica exclusiva dos países da CPLP, com emprego conjunto de meios aéreo e



navais”, como um vector fundamental para a afirmação da componente de defesa da CPLP e um possível instrumento para a manutenção da paz e segurança no AS.

Por outro lado, a participação portuguesa em iniciativas ibero-americanas de carácter multinacional também poderá contribuir para incrementar a interacção política, económica e militar de Portugal com o grande espaço geoestratégico do AS. Um maior investimento de Portugal na América do Sul poderia viabilizar uma aproximação efectiva ao pilar sul-americano do AS, através de programas de relacionamento bilateral de defesa que, além do Brasil, pudessem envolver outros países representativos da região como a Argentina, Chile e Uruguai, prosseguindo-se o caminho iniciado pelo recente (2008) processo de transferência das fragatas João Belo e Sacadura Cabral para este último país. Admite-se que uma opção política neste sentido iria potenciar a cooperação militar e proporcionar possíveis oportunidades às indústrias nacionais de defesa para cooperarem nos domínios da investigação e tecnologia, do desenvolvimento e produção industrial, de economia de escala na aquisição de equipamentos militares e de armamento.

Mas, se a CPLP decidir protagonizar um papel mais activo no quadro das actividades de segurança e defesa no AS, então essa circunstância certamente terá um impacto positivo nas economias dos países lusófonos com inequívocas vantagens para os respectivos Estados, designadamente: no plano militar, viabilizando acções de reequipamento conjuntas, geradoras de maior eficácia no cumprimento das missões pela disponibilidade de meios adequados, sua interoperabilidade e sustentabilidade, e favorecendo uma política de formação e doutrina conjuntas; no plano económico, favorecendo o crescimento económico sustentado na exploração e potenciação dos recursos naturais existentes na bacia do AS, no possível desenvolvimento industrial, incluindo o efeito de escala na produção e na optimização dos recursos da investigação e desenvolvimento; e no plano político, permitindo ultrapassar a mera retórica da cooperação, fomentando uma base industrial, incluindo a vertente de defesa nacional, dinamizando a balança comercial e a competitividade tecnológica.

Em termos de oportunidades de cooperação merecem particular realce os processos de extensão das plataformas continentais no AS, pela oportunidade de se rentabilizar o investimento efectuado na aquisição de equipamentos tecnologicamente avançados como o ROV-Luso e de se valorizar o conhecimento técnico e científico adquirido pela EMEPC. Também se reveste de elevada importância internacional e regional no AS o projecto de criação de Centros de Excelência de Formação de Formadores na vertente das Operações de Paz e de Apoio à Paz, cuja certificação poderá envolver OI e revestir-se de um carácter



dual na medida em que podem ministrar formação para efeitos internacionais e nacionais. Estes Centros inserem-se no espírito do PCDD/CPLP e visam “contribuir para o desenvolvimento das capacidades internas com vista ao fortalecimento das Forças Armadas dos países da CPLP”. A sua criação poderá ter um efeito transformador interno nas FFAA e possibilitar a concentração em quatro pólos regionais da CPLP da formação de formadores militares, garantindo uma gestão e execução integradas do processo de formação, bem como a optimização de recursos e a harmonização de princípios e conceitos. Enfim, poderão melhorar a capacidade de participação e cooperação em ambientes multinacionais e criar um ambiente de aproximação pessoal entre os militares lusófonos. Noutra vertente, a CPLP e o AS constituem um binómio favorável para a economia do mar, propiciando potenciais oportunidades nas áreas dos recursos minerais e energéticos, incluindo o cultivo de matérias-primas destinadas à produção de biocombustíveis, nos domínios da pesca e aquacultura em *offshore*, no turismo, nos transportes marítimos, na defesa ambiental, investigação científica e biotecnologia azul,<sup>103</sup> que se poderão traduzir em importantes benefícios para as economias lusófonas e consequentemente para Portugal.

Assim, validamos a hipótese 4 – “*A afirmação da CPLP no domínio da defesa no AS representa uma oportunidade para Portugal alargar a cooperação às indústrias de defesa na capacitação das Marinhas dos PALOP, apoiar a extensão das suas plataformas continentais e aprofundar a CTM na implementação de Centros de Excelência de Formação, certificados internacionalmente, na vertente das Operações de Paz e de Apoio à Paz, no AS*”.

## **6. Conclusões**

Nesta investigação procurámos informação objectiva para apoiar a análise da problemática no plano das relações internacionais e dos estudos estratégicos aplicados ao espaço do AS e à CPLP. O nosso percurso metodológico consistiu num enquadramento conceptual, na análise dos grandes espaços de interacção e integração regional e internacional onde se inserem os países lusófonos e na análise das capacidades e factores críticos de sucesso da CPLP no contexto das mudanças da ordem mundial. Verificámos

---

<sup>103</sup> A Biotecnologia Azul focaliza-se nas aplicações provenientes de organismos aquáticos, permitindo o aumento de reservas de alimento, a protecção de espécies ameaçadas e o desenvolvimento de novos fármacos.



que os Estados procuram atingir determinados objectivos comuns privilegiando grandes espaços “que procuram suprir a insuficiência do Estado para responder ao fenómeno da interdependência” (MOREIRA, 2008, 596). Uma interdependência que teve origem na crescente influência dos indivíduos e das organizações não-estatais nas acções dos Estados e interage com os domínios da defesa e segurança, da prosperidade e bem-estar e da afirmação cultural. E em consideração a esta realidade, Portugal precisa definir o seu conceito estratégico nacional para estabelecer prioridades e orientar a sua integração e cooperação - na OTAN, para a segurança e defesa, na UE, para a prosperidade e na CPLP, relativamente às vertentes linguística e cultural. Esta tripla vinculação nacional assegura uma participação activa nos centros de decisão mundiais, de que será sempre destinatário enquanto elemento do sistema geopolítico mundial. Mas, uma circunstância que implica investimento nas FFAA e como refere o professor Adriano Moreira “não é possível manter uma presença com autoridade nos centros de decisão, se as capacidades disponíveis forem as de Estado exíguo” (MOREIRA, 2009, 277).

Em função do estudo do tema podemos começar por concluir que, no contexto geopolítico da segurança do AS, o triângulo Portugal-PALOP-Brasil poderá assumir uma importância relevante se for possível obter a convergência efectiva de interesses de Portugal, do Brasil e dos PALOP (particularmente de Angola) numa plataforma de competências que permita colmatar lacunas e cooperar para o reforço das capacidades de cada um dos países, em ordem à sua afirmação estratégica naquele espaço, pesando-se a circunstância do Brasil constituir a principal potência regional no AS, de Angola aspirar à condição de potência sub-regional africana e de Portugal deter um poder funcional reforçado pela sua presença na OTAN e na UE.

E que, actualmente apenas o Brasil e Portugal dispõem de capacidade de projecção do poder naval, não se afigurando possível afirmar a CPLP, com os PALOP, no domínio da defesa no AS. Admitimos que essa possível afirmação da Comunidade lusófona será função de uma liderança forte ao alcance do Brasil e do necessário desenvolvimento de capacidades de defesa dos respectivos Estados ribeirinhos, particularmente os mais frágeis. Neste contexto, destacamos o papel estratégico da articulação entre Portugal, o Brasil e Angola que através do CAE/CPLP poderão estimular a criação de um pensamento estratégico lusófono que seja impulsionador das actividades de CTM e do desenvolvimento dos processos tendentes à RSSD.

O incremento da interacção económica entre os países da CPLP poderá constituir um catalisador da própria CTM e constituir-se num factor de modernização das FFAA



lusófonas, mediante a adequada consciencialização dos PALOP sobre a importância e significado da soberania no mar.

A possível cooperação naval, securitária e económica com os PALOP compreende um leque de oportunidades e desafios para Portugal que podem ser vistos num âmbito alargado de cooperação e em benefício da economia nacional, cujo potencial também se poderá alargar ao espaço da América Latina. Neste contexto, a aproximação da CPLP aos espaços geopolíticos latino-americanos poderá contribuir positivamente para se viabilizar uma solução alargada de cooperação em matéria de defesa no espaço da bacia do AS, agregando Portugal, Espanha, França, o Caribe, a região sul-americana e uma parte significativa do continente africano.

A ponderação dos factores críticos de sucesso que identificamos para a acção estratégica da CPLP no AS já constitui um vector estruturante da política externa nacional e da cooperação portuguesa. E, se uma liderança forte da Comunidade poderá contribuir para melhorar a dinamização e a coordenação das actividades de cooperação multilateral, a defesa da Língua portuguesa representa o factor chave para o sucesso global da lusofonia. Neste âmbito, destacamos a importância de se potenciar a presença do português nas OI, na diáspora lusófona, na *Web* e de se reforçar o seu ensino e aprendizagem em todo o mundo, contando-se com o bom funcionamento do Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Finalmente, respondemos à questão central concluindo que na actual conjuntura mundial se Portugal, os PALOP e o Brasil assumirem mais empenho, investirem nas respectivas FFAA e no âmbito da CPLP conseguirem reforçar a cooperação militar e económica em convergência de esforços na identificação de oportunidades nos respectivos espaços geopolíticos de inserção, e se o Brasil assumir uma liderança do espaço lusófono que faça jus à sua importância mundial, então a importância do triângulo Portugal-PALOP-Brasil poderá ser determinante para a CPLP se afirmar no domínio da segurança e defesa no AS.

Somos do parecer que Portugal, face aos múltiplos espaços geopolíticos de inserção nacional, terá vantagem em definir o seu conceito estratégico nacional e uma estratégia global de cooperação, envolvendo todos os instrumentos do Estado e que no quadro da CPLP assegurem uma maior rentabilização da CTM, através da participação das indústrias nacionais, particularmente no domínio da capacitação naval dos PALOP, tendo ainda presente a oportunidade de cooperação no domínio da extensão das plataformas continentais daqueles países e de outros na bacia do AS.



## **Bibliografia**

### **Referências no texto:**

- AA, (2009). WKO ADVANTAGE AUSTRIA. [em linha]. *O que é a biotecnologia?* [referência de 23 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em: <[http://www.advantageaustria.org/pt/zentral/focus/technology/biotechnologie\\_gene\\_rell.pt.jsp](http://www.advantageaustria.org/pt/zentral/focus/technology/biotechnologie_gene_rell.pt.jsp)>.
- AG, (2010). [em linha]. *Aquífero Guarani*. [referência de 29 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.daaeararaquara.com.br/guarani.htm>>.
- ALCA, (2010). Antecedentes do Processo ALCA. [em linha]. *Área de Livre Comércio das Américas – ALCA*. [referência de 18 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <[http://www.ftaa-alca.org/View\\_p.asp](http://www.ftaa-alca.org/View_p.asp)>.
- ALBA-TCP, (2009). Portal ALBA. [em linha]. *¿Qué es el alba - tcp?*. [referência de 3 de Dezembro de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.alternativabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2080>>.
- AU, (2010). *African Union*. [em linha]. *AU Organs*. [referência de 29 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.africa-union.org/root/au/index/index.htm>>.
- AU, (2010a). *AU Organs*. [em linha]. *The peace and security council*. [referência de 5 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.africa-union.org/root/au/index/index.htm>>.
- ARENAL, Celestino del (2009). *Do projecto à institucionalização da Comunidade Ibero-americana de Nações*. Lisboa – UAL, 14 de Outubro de 2009, Conferência “Portugal e a Comunidade Ibero-Americana de Nações”.
- ASEAN, (2009). *Association of Southeast Asian Nations*. [em linha]. *Overview*. [referência de 29 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em: <[http://www.aseansec.org/about\\_ASEAN.html](http://www.aseansec.org/about_ASEAN.html)>.
- BISPO, General António Jesus, *A Segurança e a Defesa*, in *Estratégia*, Volume XI, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Almedina, 1999.
- BOL, (2009). BOL Notícias, Internacional. [em linha]. *A América do Sul tenta enfrentar o desafio da defesa*. [referência de 2 de Abril de 2009]. Disponível na Internet em: <<http://www.noticias.bol.uol.com.br/internacional/2009/04/02/ult580u3640.jhtm/>>.



- BP, (2010). Statistical Review of World Energy 2009.[em linha]. *Oil: Inter-area movements 2008*. [referência de 5 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: < <http://www.bp.com/statisticalreview>>.
- BONIFACE, Pascal (2008). *Dicionário das relações Internacionais*. 2ª ed. Lisboa: Plátano editora.
- CEDN, (2003). *Conceito Estratégico de Defesa Nacional. Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003, de 20 de Janeiro*. Publicada no Diário da República, N.º 16, 1.ª Série - B, 20Jan03.
- CEEAC, (2009). CEEAC- ECCAS [em linha]. *Historique et Contexte*. [referência de 13 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em:  
< <http://www.ceeac-eccas.org/index.php?rubrique=presentation&id=3>>.
- CEDEAO, (2010). ECOWAS-CEDEAO [em linha]. *CEDEAO*. [referência de 13 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em:  
< <http://www.cmscedao.org/ecowas/>>.
- CIA, (2010). *The World Factbook*. [em linha]. *Economy: China*. [referência de 5 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:  
<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>.
- CIBAM, (2009). XIX Cimeira Ibero Americana.[em linha]. Comunicado Especial sobre Malvinas. [referência de 5 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:  
<[http://www.cimeiraiberoamericana.gov.pt/sites/default/files/editorfiles/Comunicado\\_Especial\\_sobre\\_Malvinas\\_0.pdf](http://www.cimeiraiberoamericana.gov.pt/sites/default/files/editorfiles/Comunicado_Especial_sobre_Malvinas_0.pdf)>.
- COUTO, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um curso, Volume I*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- CPLP, (2010). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.[em linha]. *Cooperação*. [referência de 7 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:  
<[http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/Pontos\\_Focais/XIX\\_Praia\\_Jun09/Relatorio\\_DirCoop\\_Jan2009\\_Jun2009\\_FINAL\\_OC.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/Pontos_Focais/XIX_Praia_Jun09/Relatorio_DirCoop_Jan2009_Jun2009_FINAL_OC.pdf)>.
- CPLP, (2009). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.[em linha]. *Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa*. [referência de 7 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:  
<[http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/Acordos\\_Intra\\_CPLP](http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/Acordos_Intra_CPLP)>.
- CS, (2009). *Commonwealth Secretariat*. [em linha]. *Member States*. [referência de 7 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:  
<<http://www.thecommonwealth.org/Internal/191086/142227/members/>>.



Estratégia Nacional sobre Segurança e Desenvolvimento (ENSD) - Resolução do Conselho de Ministros n.º 73/2009, *Diário da República, 1.ª Série – N.º 19 – 7 de Julho de 2009, p. 5603- (8).*

EUROPA, (2010). O portal da União Europeia [em linha]. *Política externa e segurança*. [referência de 13 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em:  
< [http://www.europa.eu/pol/cfsp/index\\_pt.htm/](http://www.europa.eu/pol/cfsp/index_pt.htm/)>.

EUROPA, (2010a). O portal da União Europeia [em linha]. *Mission in support of Security Sector Reform in Guinea-Bissau* . [referência de 13 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em:  
<[http://www.europa.eu/legislation\\_summaries/foreign\\_and\\_security\\_policy/cfsp\\_and\\_esdp\\_implementation/ps0001\\_en.htm](http://www.europa.eu/legislation_summaries/foreign_and_security_policy/cfsp_and_esdp_implementation/ps0001_en.htm)>.

EURONEWS, (2010). Mundo Petróleo. [em linha]. *Malvinas: países latino-americanos apoiam Argentina*. [referência de 23 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:  
<<http://www.pt.euronews.net/2010/02/23/malvinas-paises-latino-americanos-apoiam-argentina/>>.

FLAD, (2010) Fundação Luso-Americana. [em linha]. *Nigéria afirma que Paquistão ofereceu poder nuclear a seu exército*. [referência 4 de Março de 2004]. Disponível na Internet em:  
< <http://www.flad.pt/documentos/1246617287Y1rON3xc6Xj97UJ8.pdf>>.

FOL, (2010). FOLHAONLINE [em linha]. *Venezuela no Mercosul não passaria hoje, diz senador, da BBC Brasil*. [referência de 3 de Julho de 2007]. Disponível na Internet em: < <http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u308980.shtml>>.

FRONTEX, (2006). *FRONTEX Libertas Securitas Justitia* [em linha]. *Security in FRONTEX* [referência de 02 de Fevereiro de 2009] Disponível na Internet em:  
< [http://www.frontex.europa.eu/security\\_in\\_frontex/](http://www.frontex.europa.eu/security_in_frontex/)>.

GC, (2009). Governo de Portugal [em linha]. *Programa do XVIII Governo - texto corrido*. [referência de 02 de Novembro de 2009] Disponível na Internet em:  
<<http://www.portugal.gov.pt/pt/GC18/Governo/ProgramaGoverno/Pages/ProgramaGoverno.aspx>>.

GOVESP, (2010). *Secretaria de Estado de Comércio*. [em linha]. *Inversión Española en el Exterior*. [referência de 7 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:  
<<http://www.datainvex.comercio.es/index.htm/>>.



- IBAS, (2010). IBAS. [em linha]. *Ibas - O que é*. [referência de 7 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:  
<[http://www2.enap.gov.br/ibas/index.php?option=com\\_content&task=view&id=13&Itemid=27/](http://www2.enap.gov.br/ibas/index.php?option=com_content&task=view&id=13&Itemid=27/)>.
- IGLESIAS, Enrique (2009). *Os principais eixos da política Ibero-americana. Iniciativas, Programas e Projectos Ibero-americanos*. Lisboa – UAL, 14 de Outubro de 2009, Conferência “Portugal e a Comunidade Ibero-Americana de Nações”.
- IPAD, (2010). IPAD. [em linha]. *Ajuda Pública Desenvolvimento*. [referência de 7 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:  
<<http://www.liberal.sapo.cv/noticia.asp?idEdicao=50&id=15474&idSeccao=533&Action=noticia>>.
- Lei de Defesa Nacional* (LDN) - Lei n.º31-A/2009, de 7 de Julho, Diário da República, 1.ª Série – N.º 19 – 7 de Julho de 2009, p. 4344- (9).
- LIBERAL, (2005). Notícias em Arquivo. [em linha]. *Região geoestratégica e estados pequenos insulares: o caso de cabo verde* (II). [referência de 7 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:  
<[http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=203&Itemid=223](http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=203&Itemid=223)>.
- MARTIN, Francisco López (2009). *El estado del mundo 2009*, Anuario económico geopolítico mundial. Barcelona: Ediciones Akal, S.A.,2008.
- MCA, (2010). *Millennium Challenge Account*, CV.[em linha].*Planos e Projectos*. [referência de 5 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:  
< <http://www.mca.cv/#>>.
- MERCOSUL, (2010). MERCOSUR. [em linha]. *Acerca del MERCOSUR*. [referência de 9 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:  
<[http://www.mercosur.org.uy/t\\_generic.jsp?contentid=655&site=1&channel=secretaria&seccion=2](http://www.mercosur.org.uy/t_generic.jsp?contentid=655&site=1&channel=secretaria&seccion=2)>.
- MOREIRA, Adriano (2009). *A Circunstância do Estado Exíguo* 41ª ed. Lisboa: Diário de Bordo.
- MOREIRA, Adriano (2008). *Teoria das Relações Internacionais*. 6ª ed. Coimbra: Almedina.
- MRE, (2010). MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. [em linha]. *Atos internacionais de que o brasil é depositário*. [referência de 9 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: < <http://www2.mre.gov.br/dai/006.html>>.



- MRE, (2010a). MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. [em linha]. *Grupos e Organismos Políticos. Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul*. [referência de 9 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <[http://www.mre.gov.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=46&Itemid=322](http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=46&Itemid=322)>.
- MD, (2010). MINISTÉRIO DA DEFESA. [em linha]. *O Estado, a Segurança e a Defesa* [referência de 9 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <[https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=estado\\_seguranca\\_defesa](https://www.defesa.gov.br/pdn/index.php?page=estado_seguranca_defesa)>.
- NATO, (2010). NATO [em linha]. *Organization..* [referência de 19 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.nato.int/cps/en/SID-0CD5B355-3966D125/natolive/organisation.htm>>.
- NATO, (2010a). NATO [em linha]. *Assisting the African Union in Darfur, Sudan..* [referência de 20 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em: <[http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_49194.htm](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_49194.htm)>.
- NATO, (1999). *The Alliance's Strategic Concept*. [em linha]. *Aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo participantes no Conselho de Segurança em 23 e 24 de Abril de 1999 em Washington*. [referência de 12 de Dezembro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.nato.int/docu/pr/1999/p99-065e.htm>>.
- NATO, (2003). *Allied Command Operations. Supreme Headquarters Allied Powers Europe*. [em linha]. *Berlin Plus agreement*. [referência de 21 de Junho de 2006]. Disponível na Internet em: <[http://www.nato.int/shape/news/2003/shape\\_eu/se030822a.htm](http://www.nato.int/shape/news/2003/shape_eu/se030822a.htm)>.
- NU, (2010). *United Nations*. [em linha]. *In larger freedom: towards development, security and human rights for all Report of the Secretary-General*. [referência de 29 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.un.org/largerfreedom/contents.htm#>>.
- Nye Jr., Joseph S. (2002). *Compreender os Conflitos Internacionais Uma Introdução à Teoria e à História*. 3º ed. Lisboa: gradiva.
- PALMEIRA, José (2006). *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*: Lisboa: Prefácio.
- PDUE, (2007). Presidência da União Europeia. Portugal 2007 [em linha]. *Versões Consolidadas do Tratado da União Europeia e do Tratado Sobre o Funcionamento da União Europeia como Alterados pelo Tratado de Lisboa*. [referência de 16 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:



<<http://www.eu2007.pt/NR/rdonlyres/1D96311C-F90D-4E97-B355-DFEA0D D1ABEA/0/TLconsolidado.pdf>>.

- PINTO, José F. (2009). *Estratégias da ou para a Lusofonia? O Futuro da Língua Portuguesa*: Lisboa: Prefácio.
- QUIVY, Raymond, CAMPENHOUDT, Luc V., (2008). *Manual de Investigação em ciências sociais*. 5ª edição. Lisboa: Gradiva.
- RAMALHO, J. Pinto, (1999). *Reflexões sobre a funcionalidade estratégica do espaço da lusofonia, num quadro de segurança para o Atlântico Sul*, in *Estratégia*, Vol. XI, Lisboa, Instituto Português da Conjuntura Estratégica, Almedina, 1999.
- ROSA, Manuel Amante, (2006) *O Atlântico Sul Perante os Novos Desafios Mundiais*, in *Portugal os Estados Unidos e a África Austral*, FLAD-IPRI, 2006.
- SADC, (2010). *Southern African Development Community*. [em linha]. *Key documents*. [referência de 6 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://www.sadc.int/>>.
- SEABRA, Maria João (2009). *A Comunidade Ibero-americana e a lógica dos grandes espaços*. Lisboa – UAL, 14 de Outubro de 2009, Conferência “Portugal e a Comunidade Ibero-Americana de Nações”.
- SF, (2008). Senado Federal, Agência Senado. [em linha]. *Reflexão sobre debates realizados na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional referência à possibilidade de ressurgir a Quarta Frota americana, destinada a fazer cobertura dos mares do Atlântico Sul*. [referência de 7 de Fevereiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Pronunciamento/ Detalhes.asp ?d=375171>> />.
- SF, (2008a). Senado Federal, Agência Senado. [em linha]. *Reflexão sobre debates realizados na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional referência à possibilidade de ressurgir a Quarta Frota americana, destinada a fazer cobertura dos mares do Atlântico Sul*. [referência de 7 de Fevereiro de 2008]. Disponível na Internet em: <<http://www.senado.gov.br/agencia/vernoticia.aspx?codNoticia=99273&codAplicativo=2>> />.
- UN, (2009). *International Migrant Stock: The 2008 Revision*. [em linha]. *Spain Country profile 2005-2010*. [referência de 7 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em: <<http://esa.un.org/migration/p2k0data.asp/>>.
- UNASUR, (2010). *UNASUR Union de Naciones Suramericanass*. [em linha]. *Gobierno*. [referência de 28 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:



< <http://www.unasur.org/>>.

UOL, (2001). *UltimasNotícias*. [em linha]. In *larger freedom: towards development, security and human rights for all Report of the Secretary-General*. [referência de 29 de Janeiro de 2010]. Disponível na Internet em:

< <http://noticias.uol.com.br/inter/afp/2004/03/04/ult34u88949.jhtm>>.

TELESUR, (2009).Economia.[em linha]. *Comisión del ALBA aprobó el "Sucre" como moneda común*. [referência de 5 de Fevereiro de 2010]. Disponível na Internet em:

<<http://www.telesurtv.net/noticias/secciones/nota/47514-NN/comision-del-alba-aprobo-el-sucre-como-moneda-comun/>>.

TSF, (2008). TSF Rádio Notícias, Actualidade, Portugal. [em linha]. *CPLP delinea estratégia para tornar português em língua oficial da ONU*. [referência de 24 de Setembro de 2008]. Disponível na Internet em:

<[http://tsf.sapo.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content\\_id=1017603](http://tsf.sapo.pt/PaginaInicial/Internacional/Interior.aspx?content_id=1017603)>.

### **Entrevistas**

Moreira, Adriano, Presidente da Academia de Ciências de Lisboa, 07Out09.

Serra, Saldanha, Chefe do Departamento de Cooperação Técnico-Militar, da DGPDN/MDN, 08Out09.

### **Outras obras consultadas:**

COUTO, Abel Cabral (1989). *Elementos de Estratégia: Apontamentos para um curso, Volume II*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

COUTO, Abel Cabral, *Segurança e Estudos sobre a Paz, in Nação e Defesa*, N.º95/96 – Outono/Inverno 2000. 2ª Série. Lisboa. Instituto de Defesa Nacional. ISSN 0870-757X.

FUKUYAMA, Francis (1992). *O Fim da História e o Último Homem*. Lisboa: gradiva.

FERNANDES, António J. (2008). *As Relações Internacionais e Portugal*: Lisboa: Prefácio.

HUNTINGTON, Samuel P. (1996). *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*. Lisboa: gradiva.

MOREIRA, Adriano (2004). *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*. 4ª ed. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

### **Monografias e Ensaios**

BERGSTRÖM, M., REIS, Neves. (1988). *Prontuário ortográfico e guia da língua portuguesa*. 19ª edição. Lisboa: Editorial Notícias.



BERNARDINO, Luís – A prevenção e resolução de conflitos em África. O papel da CPLP no âmbito das organizações regionais africanas. 2006. Trabalho Individual de Longa Duração, CEM 2005/2007, versão provisória. Acessível no Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa.

GOMES, Fernando Melo – O valor estratégico do atlântico sul. In FLAD - Portugal, Os EUA e a África Austral. Lisboa: FLAD e IPRI, 2006. ISBN 972-8654-21-9.

JUNIOR, Hermann, I. S. Boehmer. *A Segurança do Atlântico Sul*. TII – CPOG 2008/2009. Lisboa: IESM.

SILVA, Nuno P. (2009). *A Segurança e Defesa da Europa*: Lisboa: Prefácio.

### **Legislação e Documentos Oficiais**

CEDN, (2003). *Conselho Estratégico de Defesa Nacional*. Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 6/2003, de 20 de Jan. DR nº 16. I série - B.

CPLP – *Comunidade dos países de língua portuguesa* – estatutos. Lisboa: 2005.

MC 550, (2007). *Military Committee's Guidance for the Military Implementation of the CPG*. NATO. Bruxelas.

NC 71-00-15 - *Geografia, Geopolítica e Geoestratégia – Realidade Geopolítica (As Principais Teses)*. IAEM. Novembro de 2000.

SACCHETTI, Emílio Ferraz et al, – *Cooperação Técnico-militar no âmbito da CPLP*. In *IPCE - Comunidade dos países de língua portuguesa: cooperação*. Instituto Português da Conjuntura Estratégica. Lisboa: Almedina, 2001. ISBN 972-40-1579-3.



## Apêndice I – Tabelas dos recursos enformadores do “poder” da CPLP

Tabela 1 – Elementos demográficos da CPLP<sup>1</sup>

País/Outros espaços	População (número de habitantes)	Idade média (anos)	Taxa de migração <sup>2</sup>	Taxa de mortalidade infantil <sup>3</sup>	Taxa de fertilidade <sup>4</sup>
Angola	12.799.293	18	1,34	180,21	6,12
Brasil	198.739.269	28,6	-0,09	22,58	2,21
CV	429.474	21,1	-11,67	41,35	3,07
G-B	1.533.964	19,3	0	99,82	4,65
Moçambique	21.669.278	17,4	-	105,8	5,18
Portugal	10.707.924	39,4	3,14	4,78	1,49
STP	212.679	16,4	-1,81	37,12	5,33
Timor Leste	1.131.612	21,8	-	40,65	3,28
CPLP	247.223.493	27,42	0,12	37,87	2,67
Mundo	6.790.062.216	28,4	-	44,13	2,56

Dados referentes a 2009.

Tabela 2 – Elementos de território da CPLP<sup>5</sup>

País/Outros espaços	Área territorial (km <sup>2</sup> )	Extensão de costa (km)	ZEE (km <sup>2</sup> ) <sup>6</sup>	Densidade habitantes/km <sup>2</sup>
Angola	1.246.700	1.600	518.433	10,27
Brasil	8.514.877	7.491	3.660.995	23,34
CV	4.033	965	800.561	106,49
G-B	36.125	350	123.725	42,46
Moçambique	799.380	2.470	578.986	27,11
Portugal	92.090	1.793	1.727.408	116,28
STP	964	209	131.397	220,62
Timor Leste	14.874	706	70.326	76,08
CPLP	10.709.043	15.584	7.611.831	23,09

Dados referentes a 2009.

<sup>1</sup> Fonte: *CIA World Factbook*.

<sup>2</sup> Valor relativo à diferença entre o número de pessoas que entram e saem de um país durante um ano por 1.000 pessoas (com base na população a meio do ano).

<sup>3</sup> Número de mortes de crianças menores de um ano de idade num ano por 1.000 nascidos vivos nesse ano.

<sup>4</sup> Indica o valor de nascimentos por cada mulher.

<sup>5</sup> Fonte: *CIA World Factbook*.

<sup>6</sup> Dados extraídos do sítio [http://en.wikipedia.org/wiki/Exclusive\\_Economic\\_Zone#By\\_country](http://en.wikipedia.org/wiki/Exclusive_Economic_Zone#By_country).



**Tabela 3 – Elementos de economia da CPLP<sup>7</sup>**

País	PIB (milhões de USD)	PIB per capita (USD)	Exportações em 2008 (Principais parceiros em %)	Importações em 2008 (Principais parceiros em %)
Angola	113.900	8.800	China 33, USA 28.7, França 6, RAS 4.6, Canada 4.1	Portugal 17.6, China 15.7, USA 11.3, Brasil 7.6, Coreia do Sul 6.8, RAS 4.8
Brasil	2.024.000	10.200	USA 14.4, China 12.4, Argentina 8.4, Holanda 5, Alemanha 4.5	USA 14.9, China 11.6, Argentina 7.9, Alemanha 7
CV	1.680	3.900	Japão 37.5, Espanha 28.5, Portugal 17.5, Marrocos 4.8	Portugal 40.3, Holanda 11.8, Espanha 6.7, RU 6.5, Costa do Marfim 4.6, Brasil 4.1
G-B	939	600	Índia 56.8, Nigéria 35.6, Paquistão 1.2	Portugal 24.5, Senegal 17.2, Paquistão 4.8, França 4.6
Moçambique	20.170	900	Holanda 55.5, RAS, 9.2, Zimbabwe 2.1	RAS 27.4, Holanda 15.7, China 4.3
Portugal	232.200	21.700	Espanha 25.7, Alemanha 12.7, França 11.1, Angola 5.9, RU 5.3	Espanha 28.9, Alemanha 11.6, França 8, Itália 4.9, Holanda 4.4
STP	292,5	1.400	Japão 77.5, Bélgica 7.7, Holanda 6.4	Portugal 55.8, Bélgica 9.6, Japão 9.3
Timor Leste	274,5	2.400	-	-

Dados referentes a 2009.

**Tabela 4 – Recursos naturais na CPLP<sup>8</sup>**

País	Principais recursos	Área irrigada (km <sup>2</sup> )	Água renovável <sup>9</sup> (km <sup>3</sup> )	Produção de petróleo (milhões barris/dia)
Angola	petróleo, diamantes, minério de ferro, fosfatos, cobre, feldspato, ouro, bauxite e urânio.	800	184	2.015
Brasil	petróleo, bauxite, ouro de minério de ferro, manganês, níquel, fosfatos, platina, estanho, urânio, energia hídrica e madeira.	29.200	8.233	2.422
CV	sal, rocha de basalto, calcário, caulino, argila, gesso e peixe.	30	0,3	0
G-B	peixe, madeira, fosfatos, bauxite, argila, granito, calcário, petróleo por explorar.	250	31	0
Moçambique	carvão, titânio, gás natural, energia hídrica, tântalo e grafite.	1.180	216	0
Portugal	peixe, cortiça, minério de ferro, cobre, zinco, estanho, tungsténio, prata, ouro, urânio, mármore, argila, gesso, sal, terra arável e energia hídrica.	6.500	73,6	0
STP	peixe e energia hídrica.	100	-	0
Timor Leste	ouro, petróleo, gás natural, manganês, mármore	1.065	-	0,1

Dados referentes a 2009.

<sup>7</sup> Fonte: *CIA World Factbook*.

<sup>8</sup> Ibidem.

<sup>9</sup> Água disponível no país, sem incluir os recursos hídricos a partir de países a montante ou a jusante.



**Tabela 5 – Indicadores de potencial militar da CPLP<sup>10</sup>**

País	Potencial Humano <sup>11</sup>	Despesas Militares (% PIB)	Serviço Militar	FFAA <sup>12</sup>		
				Exército	Marinha	Força Aérea
Angola	(M) 2.856.492 (F) 2.755.864	5,7	SMO (24 meses)	100.000	1.000	6.000
Brasil	(M) 52.523.552 (F) 52.628.945	2,6	SMO (9 -12 meses) Voluntário (entre os 17/45 anos)	238.200	62.260	67.440
CV	(M) 103.650 (F) 103.553	0,7	SMO (14 meses)	1.000	100	100
G-B	(M) 344.087 (F) 347.886	3,1	SMO (entre os 18/25 anos) Voluntário (a partir dos 16 anos)	6.800	350	100
Moçambique	(M) 4.545.975	0,8	SMO (24 meses) Voluntário (a partir dos 18 anos)	10.000	200	1.000
Portugal	(M) 2.573.913 (F) 2.498.262	1,3	Voluntário (a partir dos 18 anos)	26.700	9.110	7.100
STP	(M) 42.340 (F) 43.781	0,8	SMO (a partir dos 18 anos)	-	-	-
Timor Leste	(M) 284.903 (F) 272.212	-	Voluntário (a partir dos 18 anos)	1.250	36	40

Dados referentes a 2009.

**Tabela 6 – Indicadores de boa governação em 2008<sup>13</sup>**

País	VR <sup>14</sup>	EPAV/T <sup>15</sup>	EG <sup>16</sup>	QR <sup>17</sup>	ED <sup>18</sup>	CC <sup>19</sup>
Angola	17	30	14	17	8	6
Brasil	61	38	55	58	46	58
CV	75	76	57	53	66	75
G-B	25	32	9	11	6	8
Moçambique	48	56	43	35	28	34
Portugal	88	84	82	84	84	83
STP	56	55	25	24	37	40
Timor Leste	53	14	12	6	11	19

**VR-** Voz e responsabilização; **EPAV/T-** Estabilidade política e ausência de violência / terrorismo;

**EG-** Estabilidade do Governo; **QR-** Qualidade de regulação; **ED-** Estado de Direito; **CC-** Controle da Corrupção

<sup>10</sup> Fonte: *CIA World Factbook*.

<sup>11</sup> Pessoal situado na faixa etária legalmente compatível com a possível prestação de serviço militar.

<sup>12</sup> Dados retirados de “*El estado del mundo Anuario económico geopolítico mundial 2009*”. ISBN:978-84-460-2995-3. Ediciones Akal, S.A., 2008. Barcelona. Espanha.

<sup>13</sup> Fonte: The Worldwide Governance Indicators, World Bank Institute.

<sup>14</sup> Nível de participação dos cidadãos na escolha do seu governo, liberdade de expressão e de associação.

<sup>15</sup> Probabilidade de desestabilização do governo por métodos inconstitucionais ou violentos.

<sup>16</sup> Qualidade dos serviços públicos e independência política e competência da administração pública.

<sup>17</sup> Capacidade governativa em estabelecer políticas e leis que promovam o sector privado.

<sup>18</sup> Grau de confiança e aplicação da lei pelos agentes do Estado (polícia, tribunais e outros). Capacidade de execução de contratos. Observância dos direitos de propriedade e probabilidade de crime e violência.

<sup>19</sup> Em que medida o poder público é exercido em benefício geral, ou posse de elites e de interesses privados.



## **Apêndice II - Glossário de conceitos**

**ALCA** (Área de Livre Comércio das Américas) é um acordo comercial concebido pelos EUA e proposto para todos os países da América, excepto Cuba, para cessarem gradualmente as barreiras ao comércio entre os Estados-membros e isenção de tarifas alfandegárias para quase todos os itens de comércio entre os membros (ALCA, 2010).

**ANTÁRCTIDA**, a múltipla reivindicação territorial originou o Tratado com o mesmo nome, datado de 1959, em que a Argentina, Austrália, EUA, URSS, Inglaterra, Japão, Bélgica, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia e a RAS acordaram na liberdade de investigação científica, proibiram as explosões nucleares e suspenderam a ocupação da Antártida. Não suspendeu a reivindicação de soberanias. O Brasil aderiu em 1975 e Portugal ratificou o Tratado em 14 de Outubro de 2009.

**ATLÂNTICO MÉDIO**, segundo Manuel Amante da Rosa, o Atlântico Médio corresponde a um espaço marítimo que teria por configuração o Trópico de Câncer, a Norte, a costa africana a Leste, o meridiano que passa próximo de Barbados a Oeste e a sul o Equador. Um espaço que no seu maior comprimento atinge os 5.000 km e na sua maior largura os 3.241 km. Um espaço marítimo por onde transitará cerca de 60% do petróleo importado pela Europa Ocidental e cerca de 70% das matérias-primas (Liberal, 2005).

**ASEAN** (Associação de Nações do Sudeste Asiático) é uma organização regional com dez Estados do sudeste asiático que foi constituída em 8 de Agosto de 1967. Timor-Leste e Papua-Nova Guiné são países observadores (ASEAN, 2009).

**Capacidade militar** é o «conjunto de um sistema que fornece um produto ou resultado». Uma capacidade será uma complexa combinação dos seguintes elementos: doutrina, organização, treino, material, liderança, pessoal, infra-estruturas e interoperabilidade (DOTMLPFI) (MC 550, 2007).

**CEEAC** (Comunidade Económica dos Estados da África Central) foi criada em Dezembro de 1981, em Libreville, no Gabão. Tornou-se operacional em 1985 e visa promover a cooperação e o desenvolvimento auto-sustentável, com particular ênfase na estabilidade económica e melhoria da qualidade de vida. Os países membros são: Burundi, Camarões, RCA, Chade, Congo, Guiné Equatorial, Gabão, Ruanda, STP, RDC e Angola (CEEAC, 2009).

**CEDEAO**, organização sub-regional africana que engloba quinze países da África Ocidental, incluindo CV e G-B (CEDEAO, 2010).

**CNUDM**, convenção das NU sobre o Direito do Mar, assinada em 10 de Dezembro



de 1982, também designada por Convenção de *Montego Bay* e que Portugal ratificou em 3 de Novembro de 1997.

**COMMONWEALTH**, organização internacional com os seguintes membros: *Antigua* e Barbuda, África do Sul, Austrália, *Bahamas*, *Bangladesh*, Barbados, Belize, Botsuana, Brunei, Camarões, Canadá, Chipre, Dominica Gâmbia, Gana, Granada, Guiana Índia, Jamaica, Quênia, *Kiribati*, Lesoto, *Malawi*, Malásia, Maldivas, Malta, *Maurícia*, Moçambique, *Nauru*, Namíbia, Nova Zelândia, Nigéria, Paquistão, Papua-Nova Guiné, RU, Ruanda, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Samoa, *Seychelles*, Serra Leoa, Singapura, Ilhas Salomão, *Sri Lanka*, Suazilândia, Tanzânia, Tonga, *Tinidat* e Tobago, *Tuvalu*, Uganda, *Vanuatu* e a Zâmbia (CS, 2010).

**Doutrina Monroe**, apresentada, em 1823, pelo Presidente dos EUA, *James Monroe* que em resposta às pretensões europeias no continente americano sob o lema do pseudo pan-americanismo “a América para os americanos”.

**Francofonia**, OI fundada sobre o princípio da língua francesa que inclui: a Bélgica, Benim, Bulgária, *Burkina Faso*, Burundi, CV, Camarões, Camboja, Canadá, Chade, Chipre, Comores, Costa do Marfim, *Djibouti*, Dominica, Egipto, França, Gabão, Gana, Guadalupe, Guiana Francesa, Guiné, G-B, Guiné Equatorial, Haiti, Laos, Líbano, Madagáscar, Mali, Marrocos, Martinica, Maurítânia, Maurícia, Níger, Nova *Brunswick*, Ontário, *Quebec*, RCA, RDC, República do Congo, Roménia, Ruanda, *Saint Pierre et Miquelon*, Santa Lúcia, STP, Senegal, *Seychelles*, Suíça, Togo, Tunísia, *Vanuatu* e o Vietname.

**Grupo do Rio** foi criado em 18 de Dezembro de 1986 e é um mecanismo de consulta internacional constituído por Estados democráticos latino-americanos e do Caribe.

“**Grandes espaços**”, termo usado quando circunstâncias diversas determinam “a evolução contemporânea no sentido de formar aquilo que se vai chamando os *grandes espaços* destinados a superar a incapacidade do Estado clássico para responder às necessidades actuais dos povos” (Moreira, 2008:45).

**IBAS** é o fórum de diálogo Índia-Brasil-África do Sul que foi formalizado em Junho de 2003, pela “Declaração de Brasília”. Pretende contribuir para a construção de uma nova arquitectura internacional. (IBAS, 2010).

**LUSOFONIA**, conceito entendido do ponto de vista de uma integração de valores culturais comuns que existam em todos os países de língua portuguesa. (PINTO, 2009:56)

**MERCOSUL**, união aduaneira de cinco países sul-americanos: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. A Venezuela é o quinto país, mas desde 2006 que depende da



aprovação dos congressos nacionais para que sua entrada formal. A estrutura institucional compreende o Conselho do Mercado Comum, o Grupo Mercado Comum, a Comissão de Comércio, a Comissão Parlamentar Conjunta, o Foro Consultivo Económico-Social e a Secretaria Administrativa (MERCOSUL, 2010).

**Millennium Challenge Account (MCA)**, programa aprovado pelos EUA para apoiar países pobres que apresentem boa governação, incentivo à liberdade económica e transparência da gestão da coisa pública (MCA, 2010).

**OTAN**, organização internacional de colaboração militar fundada em 1949 através do Tratado do Atlântico Norte assinado em Washington a 4 de Abril de 1949 (NATO, 2010).

**Ordem mundial**, conceito de equilíbrio internacional de poder, envolvendo as potências mundiais, suas áreas de influência, bem como as disputas nos diferentes domínios das relações internacionais. Traduz-se na colocação dos povos do mundo num referencial em que os eixos básicos comparam a segurança, o bem-estar e a justiça. Nesta linha, a ordem mundial determina povos ricos e para os povos pobres historicamente com trajectórias divergentes (ADRIANO, 2008, 506). Notar que o Estado é o actor principal a quem compete assegurar aqueles objectivos estruturantes das sociedades.

**PCDD/CPLP**, documento assinado em 15 de Setembro de 2006, na cidade da Praia em CV. Faz apelo ao reforço do controlo e fiscalização das águas territoriais e da ZEE dos países da CPLP, com emprego conjunto de meios aéreos e navais, conjugado com a criação de uniformidade doutrinária e de procedimentos.

**“Peso geoeconómico”**, o AS está representado no G20 através do Brasil, México, Argentina e República da África do Sul (RAS) e que na produção de petróleo ocupa uma posição de relevância mundial<sup>1</sup> atingindo em 2008 uma produção diária muito significativa: com o México em sexto lugar, com três milhões e duzentos mil barris; a Venezuela em nono, com dois milhões e seiscentos mil barris; o Brasil em décimo terceiro, com dois milhões e quatrocentos mil barris, a Nigéria em décimo segundo, com dois milhões e duzentos mil barris; e Angola em décimo sétimo, com dois milhões de barris. No pilar africano temos assistido a uma crescente importância dos recursos energéticos no Golfo da Guiné e num arco entre Angola e CV.

---

<sup>1</sup> Fonte: “Energy Information Administration, Official Energy Statistics from the U.S. Government”



**Realidade geopolítica actual**, conceito relativo à “globalização e mundialização da sociedade internacional, a lógica de fusão em espaços regionais económicos ou políticos, a tentativa de suplantar as incapacidades dos Estado através da associação em organizações regionais que têm uma base cultural, desenhando-se novas solidariedades e formas de cooperação entre os estados, de modo a garantir um maior protagonismo de cada um no quadro internacional e desenhando-se uma nova estruturação multipolar do Sistema político Internacional” (NC 71-00-15: 2000, 108).

**Região geoestratégica**, conceito aplicável quando uma região mundial se constitui “como suficientemente ampla para conter características e funções com influência global e marcante, em termos de circulação terrestre ou marítima” (Ramalho: 1999, 137).

**Região geopolítica**, uma parte da região geoestratégica “onde era possível identificar pólos de poder, com indiscutível influência regional e com condições para o desenvolvimento de políticas de acção nos diversos domínios, com implicações decisivas no Desenvolvimento e na Segurança” (Ramalho: 1999, 137).

**RSS/G-B**, programa da UE, no âmbito da sua Política Europeia de Segurança e Defesa, com o objectivo de ajudar a levantar as estruturas necessárias à criação de um ambiente de segurança propício ao desenvolvimento e bem-estar do povo da RGB (EUROPA, 2008).

**SADC** (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) é a organização sub-regional africana de integração regional dos países da África austral: RAS, Angola, Botsuana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, *Malawi*, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia, Zimbabué (SADC, 2010).

**Segurança na perspectiva das NU**, na perspectiva do antigo Secretário-Geral<sup>2</sup> da ONU a segurança é indissociável ao desenvolvimento e aos direitos humanos, fortalecendo-se mutuamente, apresentando como fundamentos principais os factores que derivam do reconhecimento subjectivo associado à natureza das ameaças enfrentadas por um indivíduo, nação ou comunidade de Estados e da constatação de que as ameaças no Mundo contemporâneo estão fortemente interligadas, impondo um esforço colectivo e coordenado entre os Estados para se aumentar a segurança global (UN, 2010).

**“Segurança” e “Defesa”**, o Ministério da Defesa brasileiro considera *segurança* a

---

<sup>2</sup> Relatório de *Kofi Annan* intitulado “*In Larger Freedom*” e apresentado em Março de 2005.



condição que permite ao País a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais; e *defesa nacional* o conjunto de medidas e acções do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas (MD, 2010).

**Sistema Internacional**, sintetiza uma referência de categoria-chave no domínio das relações internacionais, que alude ao espaço de encontro e de interacção mundial, com a participação dos Estados e de múltiplas instituições e OI.

**Sistema Unipolar**, caso em que o poder mundial está concentrado num pólo, “Podem conceber-se sistemas unipolares de 3 tipos: Confederação Mundial, Estado Universal, e Império Mundial. Os dois primeiros resultariam de um processo de integração internacional e o último de uma situação de hegemonia por parte de um Estado, levada às últimas consequências” (Couto, 1988: 46).

**Sistema Multipolar**, “Um sistema multipolar tem mais de dois (embora poucos) centros de poder” (COUTO, 1988, 55).

**TIAR**, Tratado que resultou da Acta de *Chapultepec*, inspirado na geoestratégia do *monroísmo* e no confronto Leste-Oeste da Guerra Fria. Estados signatários: Argentina (1947), Bahamas (1982), Bolívia (1947), Brasil (1947), Chile (1947), Colômbia (1947), Costa Rica (1947), Cuba (1947), República Dominicana (1947), Equador (1949), El Salvador (1947), Guatemala (1947), Haiti (1947), Honduras (1947), Nicarágua, (1948), Panamá (1947), Paraguai (1947), Peru (1947), *Trinidad e Tobago* (1967), EUA (1947), Uruguai (1947) e Venezuela (1947). O TIAR definiu, nos vinte e seis artigos, as principais obrigações dos signatários, em caso de agressão armada ou não contra um Estado americano, as condições e os processos para requerer ajuda hemisférica frente a ameaças, uma zona de segurança em torno do continente, de pólo a pólo, por meio de coordenadas geográficas, e criou ainda um órgão de consulta. Uma característica singular do TIAR é ter sido o primeiro instrumento de defesa colectiva ao abrigo do Artº 5º da Carta das NU feito em nome dos povos americanos e não dos governos signatários, como era norma. A Argentina, para resguardar as suas pretensões formulou uma declaração que consta das actas finais da Conferência, não reconhecendo, ao longo das águas correspondentes ao seu território, a existência de colónias e direitos sobre as ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich, além das terras do sector antártico argentino. Equador, Honduras e Nicarágua, por ocasião da assinatura do Tratado, impuseram também reservas quanto a problemas de



demarcação de fronteiras. (MRE, 2010)

**UA** foi formalmente fundada em 2002 em substituição da OUA, que fracassou na resolução dos inúmeros conflitos naquele Continente. Tem 53 membros, cobrindo quase todo o continente africano. Marrocos decidiu não participar porque o *Saara* Ocidental foi aceite como membro (AU, 2010).

**UNASUL**, Tratado assinado em Brasília, em 23/5/2008 entre a Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela, tendo como países observadores o México e o Panamá (UNASUR, 2010).

**ZOPACAS** (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul) foi estabelecida em 1986 por países da costa Ocidental de África e da América Latina. Conta actualmente com 24 países: Angola, Argentina, Benin, Brasil, CV, Cameroun, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, G-B, Guiné Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, RAS, RDC, STP, Senegal, Serra Leoa, Togo e Uruguai. Trata-se de instrumento de entendimento e cooperação regional, que contribui para afirmar a identidade própria da região sul-atlântica, reconhecida pelos Estados costeiros e por toda a comunidade internacional. A cada 2 anos, os objetivos da ZOPACAS têm sido endossados por resoluções da Assembleia Geral das NU que incorporam as decisões tomadas pelos países membros da ZOPACAS (MRE, 2010a).



### Apêndice III - Diagrama de Indução

Questão Central	Questões Derivadas	Hipóteses	Validação
Tendo por referência o triângulo “Portugal-PALOP-Brasil”, como potenciar o papel da CPLP no domínio da defesa de modo a garantir a segurança no AS?	Qual a base conceptual de inserção da CPLP no âmbito da segurança e defesa no AS?	A conjugação dos interesses e objectivos da CPLP no AS, com os factores potenciadores de conflituosidade naquela região, determina o âmbito da respectiva noção de segurança e defesa num espaço que admite delimitações geográficas diferenciadas, com elevado potencial económico e que é cruzado por importantes linhas de comunicação marítimas.	Validada no Capítulo 2.  (Página 13)
	Como interagem com a CPLP os grandes espaços de inserção de Portugal, dos PALOP e do Brasil?	Os espaços geopolíticos em que se inserem Portugal, os PALOP e o Brasil podem potenciar o poder funcional da CPLP no domínio da defesa no AS, mediante uma convergência de acção estratégica na identificação e aproveitamento de oportunidades passíveis de serem dinamizadas no seio das competências da Comunidade lusófona.	Validada no Capítulo 3.  (Página 26)
	Como pode a CPLP afirmar o seu papel no domínio da defesa no AS?	O papel da língua nos fora mundiais, a liderança forte da CPLP protagonizada pelo Brasil, o aprofundamento da CTM nos domínios das capacidades navais e aéreas, a adopção de uma doutrina e de um conceito estratégico militar comum, que permita viabilizar o correspondente instrumento militar, representam as bases estruturantes para a afirmação da CPLP no domínio da defesa no AS.	Validada no Capítulo 4.  (Página 36)
	Que desafios e oportunidades para Portugal e para as suas Forças Armadas (FFAA) pode representar a afirmação da CPLP no domínio da defesa no AS?	A afirmação da CPLP no domínio da defesa no AS representa uma oportunidade para Portugal alargar a cooperação às indústrias de defesa na capacitação das Marinhas dos PALOP, apoiar a extensão das suas plataformas continentais e aprofundar a CTM na implementação de Centros de Excelência de Formação, certificados internacionalmente, na vertente das Operações de Paz e de Apoio à Paz, no AS.	Validada no Capítulo 5.  (Página 38)
<b>Resposta à questão central</b>			
Na actual conjuntura mundial marcada pela incerteza e pela emergência de uma ordem mundial multipolar, se Portugal, os PALOP e o Brasil assumirem mais empenho, investirem nas respectivas FFAA e no âmbito da CPLP conseguirem reforçar a cooperação militar e económica em convergência de esforços na identificação de oportunidades nos respectivos espaços geopolíticos de inserção, e se o Brasil assumir uma liderança do espaço lusófono que faça jus à sua importância mundial, então a importância do triângulo Portugal-PALOP-Brasil poderá ser determinante para a CPLP se afirmar no domínio da segurança e defesa no AS.			